

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

ANA CAROLINA GOLIN BRUSTOLIN

**PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA NA ÁREA JURÍDICA: UMA ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS
NO QUINQUÊNIO 2017-2021**

Rio de Janeiro

2022

ANA CAROLINA GOLIN BRUSTOLIN

**PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA NA ÁREA JURÍDICA: UMA ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS
NO QUINQUÊNIO 2017-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Orientadora: Vânia Lisboa da Silveira Guedes

Coorientadora: Maria José Veloso da Costa Santos

Rio de Janeiro

2022

Ficha Catalográfica

B912p Brustolin, Ana Carolina Golin.

Produtividade científica na área jurídica: uma análise bibliométrica dos artigos publicados em periódicos nacionais no quinquênio 2017-2021/ Ana Carolina Golin Brustolin. – Rio de Janeiro, 2022.

58 f.

Orientadoras: Vânia Lisboa da Silveira Guedes; Maria José Veloso da Costa Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.


1. Bibliometria. 2. Periódicos Jurídicos. 3. Análise bibliométrica. 4. Lei do Elitismo de Price. I. Guedes, Vânia Lisboa da Silveira. II. Santos, Maria José Veloso da Costa. III. Título.

ANA CAROLINA GOLIN BRUSTOLIN


**PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA NA ÁREA JURÍDICA: UMA ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS NO
QUINQUÊNIO 2017-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.


Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2022.

Documento assinado digitalmente
 VANIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES
Data: 04/03/2022 18:49:06-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

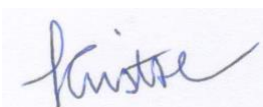
Prof. Dra. Vânia Lisboa da Silveira Guedes
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS
Data: 04/03/2022 22:08:23-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dra. Maria José Veloso da Costa Santos
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
 CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE
Data: 07/03/2022 15:24:26-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Ma. Carla Beatriz Marques Felipe
Professora convidada



Prof. Dra. Lourdes Cristina Araújo Coimbra
Pesquisadora convidada

AGRADECIMENTOS

A conquista de um diploma é um marco não somente na vida do acadêmico que tanto almejou e batalhou por ele, mas também na vida de todos aqueles que, direta ou indiretamente, auxiliaram e apoiaram nos momentos de angústia, descobertas e alegrias que a graduação nos proporciona.

A Deus, aquele que tudo sabe e tudo perdoa, agradeço o dom da vida e todas as bênçãos recebidas. A todos aqueles que estão do ‘outro lado do caminho’, meus anjos de luz, dou graças pela proteção, pela oportunidade de aprender e por me fortalecerem em todas as ocasiões.

Aos meus pais, Itacir e Sirlei, agradeço a oportunidade de ser fruto desse amor, vocês são meus maiores exemplos de caráter, honestidade e perseverança. Grata pelo zelo, incentivo e apoio incondicional nas duas graduações que tive a honra de cursar. Mesmo com a distância, vocês foram imprescindíveis para a conclusão desse curso.

Àquele com quem divido meus dias e o principal responsável pela minha vinda ao Rio de Janeiro, Felipe, agradeço por me tirar da zona de conforto e mostrar que podemos conquistar tudo aquilo que almejamos, basta ter dedicação e empenho. Grata pelo companheirismo, paciência e amor nessas épocas de pandemia, ensino remoto e concretização de mais uma conquista.

As minhas queridas orientadoras Vânia e Mazé, sempre disponíveis pelos meios digitais e empenhadas em sanar minhas dúvidas. Agradeço as conversas, direcionamentos, compreensão e oportunidade de trabalhar com esse campo incrível que é a Bibliometria.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram dessa etapa ao meu lado, seja em Campo Grande ou no Rio de Janeiro, tornando-a mais leve, minha gratidão.

RESUMO

A informação jurídica seja ela legal, doutrinária ou jurisprudencial, constitui-se instrumento de embasamento para manifestações de pensamentos de jurisconsultos e magistrados responsáveis pelo decorrer de demandas jurisdicionais e julgamento de mérito. A produção de informações jurídicas deve ser contínua, visto que a área encontra-se em constante crescimento e se modifica contando inclusive com documentos perenes essenciais na aplicação efetiva do Direito e cumprimento da justiça. Este projeto de pesquisa objetiva analisar o cenário e a perspectiva da produtividade científica brasileira no domínio da ciência forense, publicada em títulos de periódicos indexados no Sistema Qualis-Periódicos da CAPES, no quinquênio 2017 a 2021. O projeto é motivado pela intenção de proporcionar conhecimento acerca da produtividade científica brasileira sobre o tema, investigar e diagnosticar o grupo de elite, suas instituições de pesquisa, países de afiliação, padrões de internacionalização do conhecimento, redes de colaboração e coautoria bem como conhecer os temas mais abordados pelo autor mais produtivo do grupo de elite. O referencial teórico a ser utilizado considera autores das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, especificamente para a conceituação de informação, informação jurídica, Ciência da Informação, Bibliometria, modelo de produtividade científica de Marshakova-Shaikecich, bem como ciência forense no campo das Ciências Jurídicas. A composição da amostra de pesquisa será realizada a partir da busca na Plataforma Sucupira da CAPES de periódicos jurídicos com estrato A1 publicados no quinquênio 2017 e 2021, visando à investigação e a produção de indicadores bibliométricos matemáticos e estatísticos da produtividade científica sobre o tema. A pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa e descritiva.

Palavras-chave: análise bibliométrica; Ciência Forense; periódicos jurídicos; Lei do Elitismo de Price.

ABSTRACT

The legal information, be it legal, doctrinal or jurisprudential, constitutes a basement instrument for manifestations of thoughts of jurisconsults and magistrates responsible for the course of jurisdictional demands and judgment of merit. The production of legal information must be continuous, since the area is constantly growing and changing, including perennial documents that are essential for the effective application of law and compliance with justice. This research project aims to analyze the scenario and perspective of Brazilian scientific productivity in the field of forensic science, published in journal titles indexed in the Qualis-Periódicos System of CAPES, from 2017 to 2021. The project is motivated by the intention to provide knowledge about Brazilian scientific productivity on the subject, investigate and diagnose the elite group, its research institutions, countries of affiliation, standards of internationalization of knowledge, collaboration, and co-authorship networks, as well as knowing the topics most addressed by the most productive author of the group elite. The theoretical framework to be used considers authors from the areas of Librarianship and Information Science, specifically for the conceptualization of information, legal information, Information Science, Bibliometrics, Marshakova-Shaikecich scientific productivity model, as well as forensic science in the field of Sciences Legal. The composition of the research sample will be carried out from the search on the Sucupira Platform of CAPES of legal journals with stratum A1 published in the five-year period 2017 and 2021, aiming at the investigation and production of mathematical and statistical bibliometric indicators of scientific productivity on the subject. The research is characterized as qualitative-quantitative and descriptive.

Keywords: bibliometric analysis; Forensic Science; legal periodicals; Price's Law of Elitism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Idiomas presentes nas publicações	27
GRÁFICO 2 – Produtividade científica mundial do grupo de elite.....	34
GRÁFICO 3 – Representatividade dos autores por Estados brasileiros	35
GRÁFICO 4 – Produtividade por cidades de vinculação institucional de autores	37
GRÁFICO 5 – Instituições de pesquisa e vinculação de autores.....	39
FIGURA 1 – Instituições e colaborações do grupo de elite	40
FIGURA 2 – Nuvem de termos mais recorrentes.....	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quadro Amostra	25
QUADRO 2 – Dados de periódicos e respectivas qualificações	26
QUADRO 3 – Levantamento de artigos publicados em língua portuguesa	26
QUADRO 4 – Levantamento de artigos publicados em outros idiomas	27
QUADRO 5 – Análise de publicações do grupo de elite	28
QUADRO 6 – Análise de vínculos existentes no grupo de elite	31
QUADRO 7 – Países de afiliação de autores do grupo de elite	33
QUADRO 8 – Representatividade de afiliação dos autores por regiões brasileiras	34
QUADRO 9 – Representatividade do grupo de elite nos Estados brasileiros	35
QUADRO 10 – Produção por cidades de vinculação institucional dos autores	36
QUADRO 11 – Instituições de pesquisa de vinculação de autores	37
QUADRO 12 – Região T de Goffman do artigo 1	41
QUADRO 13 – Região T de Goffman do artigo 2	43
QUADRO 14 – Região T de Goffman do artigo 3	44
QUADRO 15 – Região T de Goffman do artigo 4	46
QUADRO 16 – Região T de Goffman do artigo 5	47
QUADRO 17 – Levantamento dos termos com maior frequência	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	QUESTÃO DE PESQUISA	11
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	JUSTIFICATIVA	12
2	CIÊNCIA JURÍDICA	13
3	INFORMAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	16
3.1	INFORMAÇÃO JURÍDICA	17
3.2	BIBLIOMETRIA, PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E LEI DO ELITISMO.....	19
3.2.1	Produtividade Científica	21
3.2.2	Lei do Elitismo de Price	22
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Alguns acontecimentos são registrados como marcos históricos para definição do fenômeno conhecido como “explosão informacional”: o primeiro deles deu-se no final da Idade Média com a invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg, mecanismo que acelerou sobremaneira a produção de livros, atividade antes realizada pelos monges copistas nos mosteiros; e na sequência tem-se na segunda metade do século XVIII a Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra e foi caracterizada por grande desenvolvimento tecnológico que se espalhou pelo mundo. Outro fato importante foi o final da II Guerra Mundial marcado pela liberação pelas nações envolvidas de grande produção de conhecimento técnico-científico mantida em sigilo durante o conflito.

Desde então, produção e circulação do conhecimento vêm adquirindo força e espaço na sociedade. Concomitante a isso, a produção científica se expande de forma vertiginosa e incessante tornando-se indispensável a atuação de profissionais especializados em executar atividades de análise, representação, organização e gestão desse conhecimento, uma vez que a informação não pode ser vista como um acessório e sim como componente imprescindível para a tomada de decisão no cotidiano dos profissionais da área.

Na contemporaneidade, as inovações no que tange a produção e compartilhamento da informação são frequentes, portanto, é essencial que os profissionais das mais diversas áreas do conhecimento recebam e se apropriem de informações correntes e atualizadas a fim de eliminar incertezas e promover a dissolução de dúvidas que porventura surjam. Na ciência jurídica, não é diferente, pois, apesar de apresentar diversas vertentes, todas elas visam a garantir a aplicabilidade, o cumprimento e a existência de normas e regras em busca do bem comum.

O emaranhado de conhecimento produzido e absorvido na ciência forense pode ser denominado informação jurídica vez que, ao serem analisados e registrados, adquirem condição essencial na efetiva transmissão do conhecimento. Instrumentos para o embasamento de manifestações e atos jurídicos, as publicações da área perpassam a legislação pura, denominada de informação analítica, coexistindo aqui as informações analíticas, referentes a produção doutrinária da área e as interpretativas, valendo-se de jurisprudências, que são decisões reiteradas dos tribunais que podem adquirir força de lei.

Cabe ressaltar que a informação jurídica é considerada uma poderosa força de transformação pessoal e, apesar de estar em contínuo crescimento e revisão, conta com obras perenes que se tornam valiosas fontes de consulta, referência e aplicação em casos semelhantes ocorridos em diferentes períodos, decisões essas denominadas jurisprudências. Os juristas

utilizam a informação como forma de esclarecimento para o progresso e a evolução da cidadania, atribuindo-lhe valor de instrumento formador de consciência crítica, produção de conhecimento, fundamentação de suas proposições e adoção de decisões que nortearão a convivência em sociedade.

Tanto a elaboração, como a busca e o compartilhamento de conhecimento jurídico proliferam vertiginosamente na sociedade e encontram-se disponíveis nos mais variados meios, tornando-se bagagem imprescindível para advogados, estudantes de Direito, juristas, magistrados e, também, para aqueles profissionais que buscam um cargo público através de concurso, não somente na área jurídica, mas inclusive em órgãos da Administração Pública que geralmente exigem breve conhecimento jurídico do candidato.

Profissionais da área informacional, como bibliotecários, arquivistas, documentalistas e cientistas da informação, são responsáveis pela seleção, representação, organização e disseminação dessas informações a quem possa interessar. Portanto, nesta perspectiva, torna-se importante conhecer e analisar a evolução da produção científica brasileira no que diz respeito à informação jurídica publicada em um renomado portal de periódicos que reúne e disponibiliza produção científica relevante, promovendo o balanço do conhecimento produzido sobre o tema e a possibilidade de novas investigações.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

A questão de pesquisa que se impõe no presente trabalho é:

Em que medida o conhecimento sobre a produtividade científica jurídica brasileira, publicada em títulos de periódicos nacionais, no quinquênio 2017-2021, revela modelos de autoria única, coautoria e de colaboração científica inter e intrainstitucional, nacional e internacional, bem como os padrões de internacionalização do conhecimento na área.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos serão desdobrados em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Objetiva-se com essa pesquisa, analisar o cenário e a perspectiva da produtividade científica brasileira no domínio da ciência forense, publicada em títulos de periódicos indexados

Sistema Qualis-Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) disponível na Plataforma Sucupira, com estrato A1, publicados no quinquênio 2017-2021 em todos os idiomas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) apresentar um breve histórico da ciência forense para contextualização da pesquisa;
- b) investigar a produtividade científica jurídica brasileira, publicada em títulos de periódicos indexados em base de dados nacionais, no quinquênio 2017-2021;
- c) determinar a elite dos autores por meio da aplicação da Lei do Elitismo de Price;
- d) descrever modelos de autoria única e coautoria, bem como de colaboração científica, do grupo de elite, por instituições, regiões e estados brasileiros; no quinquênio 2017-2021;
- e) diagnosticar padrões de internacionalização do conhecimento, no quinquênio 2017-2021;
- f) modelar redes de coautoria, colaboração científica inter e intrainstitucional, nacional e internacional;
- g) apresentar gráfico de nuvens com temas abordados pelo autor mais produtivo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se por propiciar aos profissionais e acadêmicos, tanto da área jurídica como da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, conhecimento acerca da produtividade científica jurídica brasileira. A pesquisa dedica-se à identificação de temas, pesquisadores, instituições, regiões e países, que apresentam maior produtividade na área, analisando publicações nos periódicos categorizados e qualificados pelo Sistema Qualis da CAPES, o que possibilita o conhecimento sobre modelos de autoria e coautoria, na produção do conhecimento, bem como contribui para o enriquecimento da área jurídica e biblioteconômica, tanto com o reuso dos dados quanto da metodologia empregada.

2 CIÊNCIA JURÍDICA

Relatos históricos demonstram que por volta do quarto milênio a.C., começaram a surgir as primeiras civilizações, agrupamento de famílias em grupos sociais que não possuíam muito contato com outros povos e atreladas a elas, as primeiras ideias do que poderia ser considerada a Ciência Forense que, posteriormente denominou-se Ciência Jurídica.

Neste momento deduz-se que, por serem povos ágrafos, a religiosidade e os costumes familiares eram utilizados para delimitar a direção e manter a ordem das condutas em comunidade. Ocorre que, com a existência de diversos grupos e a transmissão oral dessas regras, o poder não era centralizado, as regras oscilavam e as ações refletiam de forma diferente em cada comunidade, evoluindo ou regredindo, reforçando a afirmação de Altavila (2001, p. 262) de que:

Não há direitos novos. Há direitos renovados. Há novos rebentos e nova ramaria na árvore milenária da legislação universal [...] o individualismo cedeu lugar ao socialismo e ainda este, deriva para uma normalística universal de retribuição e de valor, isto é, de maior horizontalidade social.

Durante um longo período de desconhecimento de regras e incitações a culturas satanistas revestidas de vinganças divinas, ofertas e cumprimentos de barbáries acreditando que consistiam em mandamentos dos deuses, destaca-se acontecimentos do século XVIII a.C. iniciados na sociedade mesopotâmica onde prevalecia a máxima ‘olho por olho dente por dente’, ocasião em que a sociedade ficou conhecida pela ausência de limites e por considerar a vingança a resolução mais natural, óbvia e instintiva, assim dizendo, aplicação do mesmo mal que foi causado a outrem para que o culpado sentisse na própria pele o mal realizado anteriormente.

Ininterrupta a esta fase, ainda pregando os mandamentos dos deuses e acreditando que o infrator não teria nenhum meio para ressignificar o ato e se transformar em uma boa pessoa, a sociedade passou a aceitar e incitar a pena de morte, a mutilação, bem como o confisco de bens prejudicando até mesmo a família do infrator para puni-lo e demonstrar que o erro suscitaria consequências gravíssimas e irreparáveis.

As contribuições filosóficas de Platão e Aristóteles, no Período Clássico da Grécia Antiga, fase de definição e consistência da Ciência Jurídica foram ímpares, transportando a ideia do bem comum e igualdade para um mundo até então simples e vazio no qual prevalecia a força física e artilosidade. Ao passar dos anos foi sentida, realmente, a existência de normas

e preceitos que compunham esse novo Direito que apesar de avançar a lentos passos na época, progredia convertendo as necessidades sociais em leis que protegiam e asseguravam as relações sociais de forma generalizada e impessoal na busca do bem comum.

Na Idade Média, começa a surgir o pensamento humanístico defendido por filósofos e pensadores iluministas, tais como Montesquieu, Rousseau e Voltaire, que evidenciavam a presença de Deus como expressão máxima da razão, respeitador dos direitos universais do homem e criador das leis que viriam a reger as relações humanas. Este é o momento em que o humanismo volta a ser o centro das relações e o radicalismo começa a perder sua força.

Ultrapassados alguns anos, dotado de uma linguagem precisa e lógica, o jurista austríaco Hans Kelsen (2007, p. 32) fundamentou e passou a defender a Teoria Pura do Direito que “apresenta-se como uma teoria geral e não como teoria de uma ou de várias ordens jurídicas determinadas”. Através dela, pretendia-se ‘purificar’ o Direito, estabelecendo uma ciência jurídica autônoma e liberta de quaisquer especulações filosóficas, políticas ou sociais, porém, o Estado foi inserido no centro do sistema normativo com qualificação para definir as condutas humanas, que analisadas individualmente, teriam relevância jurídica e deveriam ser punidas.

Tendo em vista os aspectos supramencionados, nota-se que a Ciência Forense sofreu inúmeras alterações ao longo de sua existência, desde as antigas civilizações até o presente momento, ao passo que se tornou uma ciência normativa que atualmente compõe o ordenamento jurídico hierárquico e estruturado, composto de normas e princípios que direcionam e balizam a conduta humana.

Segundo Altavila (2001, p. 11-12), os direitos sempre foram espelhos das épocas, tanto é que a necessidade se configura como o fator social que provoca alterações no modo de viver e no sistema econômico da população perante as modernizações e renovações de seus direitos. O mesmo autor compara a consistência jurídica como “uma árvore ciclópica e milenária, de cujos galhos nodosos rebentam os densos ramos e, deles, a floração dos direitos” (2001, p. 9), fazendo pensar que independente do rompante e ansiedade do homem, o direito segue um ritmo próprio de crescimento e renovação sendo imprescindível que a sociedade acompanhe e se inteire do mesmo.

O direito é o trabalho sem descanso e não somente o trabalho dos poderes públicos, como também de todo o povo. Se abraçarmos em um momento dado toda a sua história, ele nos apresentará nada menos do que o espetáculo de toda uma nação, desenvolvendo sem cessar, para defender seu direito, tão penosos esforços quanto os que emprega para o desenvolvimento de sua atividade na esfera da produção econômica e intelectual. (JHERING, 1950 apud ALTAVILA, 2001, p. 9).

Dado o exposto pode-se afirmar que o direito é, portanto, a ciência responsável por criar e impor regras de conduta que instituem, ordenam e restringem as atividades dos indivíduos visando à convivência social mais disciplinada, justa e indistinta. “O direito nasceu junto com o homem que, por natureza, é um ser social. As normas do direito, como visto, asseguram as condições do equilíbrio e coexistência dos seres humanos, da vida em sociedade” (GONÇALVES, 2007, p. 2).

Lessa et al. (2007, p. 5) afirmam em seu livro sobre os Direitos Fundamentais do Homem, no apanhado histórico que nos remete, que a vida em sociedade exige sacrifício uma vez que cada ser que a compõe deve coordenar seus direitos naturais e não infringir ou corromper os direitos inerentes a outrem. Lembra que o denominado direito natural pode ser limitado somente pela lei, agindo como instrumento de coordenação, assegurando que cada indivíduo possa exercer a sua liberdade da maneira que considerar correta desde que não a infrinja. Isto posto, concebe-se o Direito como:

[...] uma ação perene e vitalizante da sociedade, em consonância com um sentido diretivo que não resulta somente na tessitura de seu passado, porém de uma causa sobre-humana. [...] tomou outros rumos no desenrolar deste último meio século. Porém, essa nova estrutura não poderia desprezar os alicerces de sua natureza e de seu destino de universalidade (ALTAVILA, 2001, p. 261).

Atualmente, é dever dos profissionais do Direito, sendo eles advogados, juízes, defensores, promotores, procuradores, dentre outros, a execução dessas normas elencadas pela Ciência Jurídica, regulando a vida em sociedade em busca do denominado ‘bem comum’. Para obter êxito em seu trabalho, o jurista necessita operar diretamente com Informações Jurídicas de acordo com as especificidades listadas no tópico a seguir.

3 INFORMAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de apresentar algumas considerações acerca da informação jurídica, primeiramente é necessário esclarecer a diferenciação existente entre os conceitos de dado, informação e conhecimento visto que a proximidade dos significados é tamanha que leva a confusão dos mesmos. Segundo Russo (2010, p. 14-15) os termos citados formam um sistema hierárquico de difícil compreensão, pois podem ser interpretados de formas diversas de acordo com o nível de instrução ou tipo de pesquisa, além de constituírem elementos básicos no processo de comunicação e tomada de decisões.

Apesar de parecer o termo mais simples, os estudiosos dividem opiniões sobre a conceituação de dados. Sendo assim, para Miranda (1999, p. 285), dados são registros qualitativos ou quantitativos que, se organizados e padronizados transformam-se em informação enquanto, para Davenport e Prusak (2003, p. 4), são considerados elementos brutos, sem muita significância, propósito ou significados, apontados somente como símbolos e imagens os quais não são capazes de resolver dúvidas. Em vista disso, pode-se concluir que o dado é o elemento primário e mais básico da tríade acima citada, sendo considerado “a matéria-prima a ser utilizada na produção de informações” (RUSSO, 2010, p. 15).

Com relação à informação, grande parte dos estudiosos concordam que a mesma pode ser explicitada e descrita, configurando nada mais do que dados transformados pela mente humana, que adquirem relevância, facilitando assim a compreensão bem como a tomada de decisões sobre determinado assunto, porém, Sveiby (1998, p. 49) possui uma opinião diversa afirmando que a informação é algo desprovido de significado, possuindo pouco valor. Destarte, é mister esclarecer que na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, estudiosos adotam uma opinião completamente avessa a de Sveiby, em virtude de considerarem a informação como o principal enfoque de estudo e fomento das ciências supracitadas como apresentado por Boccato (2011, p. 21):

[...] a informação tem status transformador da sociedade e sua validação e acionamento é possível a partir de seu uso social pelos intersujeitos participantes dessa sociedade. Ao desamarrarmos a informação de paradigmas físicos e cognitivistas, agregamos a ela uma potência de transformação social.

Por todos esses argumentos apresentados, constata-se que a informação é um conhecimento que pode ser disseminado de forma escrita, numérica, oral ou audiovisual e, na

atualidade segundo Passos (2004, p. 137), adquire característica de mercadoria podendo ser intercambiada por algo, assumindo assim força de poder.

Analisando o último elemento da tríade, é possível identificar conhecimento como um elemento subjetivo e complexo, que pode ser analisado como um ativo ou um processo e, segundo Davenport e Prusak (2003, p. 6), encontra-se "dentro das pessoas, faz parte da complexidade e imprevisibilidade humanas. Embora tradicionalmente pensemos em ativos como algo definível e 'concreto', os ativos do conhecimento são muito mais difíceis de se identificarem".

Portanto, compartilha-se o pensamento que o conhecimento não pode ser descrito e explicitado, "o conhecimento deriva da informação da mesma forma que a informação deriva de dados" (DAVENPORT; PRUSAK, 2003, p. 6), desta forma pode-se determinar como conhecimento a totalidade do armazenamento informacional existente na mente humana cuja transferência é relativamente difícil e subjetiva, vez que a compreensão de cada indivíduo difere em vários quesitos.

Diferenciação entre dados, informação e conhecimento concluída, é chegado ao estágio em que será versada a conceituação e algumas particularidades da informação jurídica, assunto que embasará o restante da pesquisa.

3.1 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A informação jurídica pode ser compreendida como o agrupamento dos conhecimentos obtidos na área que ao serem registrados e interpretados se revestem de caráter imprescindível na transmissão do conhecimento, prestação eficiente e eficaz dos serviços informacionais bem na otimização de tomadas de decisões nas atividades jurisdicionais e processos propriamente ditos. Estudiosos dividem opiniões no que tange a informação jurídica, entretanto, salienta-se esta ponderação:

[...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363).

Nesse momento será abordado o conceito que é mais utilizado e também simplificado frisando que, existem diferenciações quando se deseja maior profundidade no assunto. Adotar-

se-á o entendimento das obras de Barros (2004, p. 205) e Miranda e Miranda (2017, p. 81-84) que defendem a existência de três tipos de informação jurídica, sendo eles: normativa (no que diz respeito a legislação), analítica (por intermédio doutrinário) e interpretativa (utilização de jurisprudências).

Primeiramente destaca-se a legislação que pode ser compreendida como o conjunto de leis sobre determinada matéria, dotado de caráter geral e imperativo, sendo necessária aplicação a todos indistintamente além de não admitir que seja alegado desconhecimento dessas leis/normas de conduta devido a sua publicidade.

No que tange ao cunho doutrinário, pode-se atestar que são opiniões, princípios e ensinamentos de juristas e estudiosos da área expostos em obras, dos mais diversos formatos, que se tornam base para a aplicação do Direito, influenciando e fundamentando decisões judiciais. A doutrina possui importância ímpar para o direito e os profissionais que nele atuam, pois, além de fornecer apoio e diretrizes para legisladores, advogados e juízes, analisa a legislação, propiciando meios de sanar ou preencher lacunas existentes, de forma a fortalecer e beneficiar o ordenamento.

Por fim, esta tríade elenca a jurisprudência, definida por Atienza (1979, p. 51) como “sábua interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetam a julgamento da justiça”, em outras palavras, constitui a reunião de decisões emitidas por tribunais de forma recorrente e uniforme sobre determinado assunto, as quais podem ser aplicadas a novas decisões, contribuindo para a resolução de outros casos concretos idênticos aos que foram julgados anteriormente, adquirindo, algumas vezes, força de lei.

Outrossim, a jurisprudência pode ser caracterizada pela repetição que acontece de forma continuada, diuturna, constante e uniforme, porém, sua flexibilidade de aplicação faz com que se diferencie da legislação propriamente dita, podendo ser equiparada a mesma em alguns casos de suma importância social, lacunas legais ou decisões sucessivas, adquirindo assim caráter legal impositivo.

Com base nas definições apresentadas, compreende-se que a informação jurídica, sendo ela legal, doutrinária ou jurisprudencial, constitui elemento imprescindível para a obtenção do sucesso e resolução de questões jurídicas. Passos e Barros (2009, p. 93) ressaltam que informação jurídica e informação legislativa apesar de parecerem semelhantes e alguns autores as manipularem como sinônimos, a diferença crucial é encontrada no reflexo externado por cada uma na vida das pessoas que as desfrutam.

Desta forma, percebe-se que a informação jurídica é capaz de regular os atos daqueles que vivem em sociedade, norteando decisões, embasando manifestações, interpretando e

aplicando os dispositivos legais, enquanto a informação legislativa, por sua vez não é tida como uma imposição, uma ordem que deve obrigatoriamente ser cumprida.

Ainda no tocante a diferenciação salienta-se que informação jurídica não pode ser considerada sinônimo de ‘fonte do direito’ pois, aplicada em um sentido mais amplo “significa toda e qualquer norma jurídica, não apenas a geral, mas também a individual, enquanto dela flui, assim como do direito objetivo, o direito em sentido subjetivo, isto é, um dever jurídico ou uma autorização” (KELSEN, 2007, p. 105). Fica evidente que a função essencial da norma jurídica consiste no ato de impor determinadas condutas visando a boa convivência em sociedade, conduta esta que deve ser oposta a um ato coercitivo dispondo consequências jurídicas.

Dado o exposto, desponta a denominação Documentação Jurídica constituída pela reunião de normas, legislações, doutrinas e jurisprudências. Tendo em vista a ampla quantidade de documentos produzidos diuturnamente, prezando que as informações contidas nos mesmos reflitam seus objetivos, é imprescindível que essa informação seja gestada de forma correta vislumbrando um retorno ágil e certo das demandas informacionais de profissionais, estudantes ou entusiastas de documentos legais.

3.2 BIBLIOMETRIA, PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E LEI DO ELITISMO

Originalmente conhecido como bibliografia estatística, o termo bibliometria foi incluído por Paul Otlet em seu Tratado de Documentação datado em 1934, quando sentiu-se a necessidade de estudar e avaliar a produtividade e comunicação científica configurando-se, portanto, como o estudo dos aspectos quantitativos da produção, distribuição e uso da informação já registrada.

A Bibliometria é uma ciência constituída por leis e princípios empíricos estatísticos que contribuem para o estabelecimento da fundamentação teórica da área de Ciência da Informação. A aplicação das leis e princípios bibliométricos possibilita a produção de diferentes indicadores de grande relevância para o tratamento e a gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de recuperação da informação, de comunicação e de avaliação científica. (GUEDES, 2012, p. 101).

Marshakova-Shaicech (1981, p. 13, tradução nossa), considera que a “Ciência da Informação é um campo relativamente jovem com limites bem definidos” e que a Bibliometria possibilita a produção de indicadores diante da análise de dados estatísticos e matemáticos da

comunicação científica em áreas específicas. Interpreta-se, portanto, que a produtividade do autor pode ser utilizada como elemento para medir sua eficiência científica, sendo mensurada a quantidade de trabalhos publicados por ele em determinado período, apontando o comportamento e desdobramento de uma área do conhecimento.

A autora (1981, p. 13, tradução nossa), comenta ainda sobre a existência de outro indicador de eficiência, denominado popularidade de autores que pode ser definido de duas maneiras: através da quantidade de trabalhos citados e/ou pelo número de trabalhos que citam as informações do documento em questão. Em outras palavras, trata-se do alcance que a produção científica de determinado autor pode atingir e do reconhecimento que recebe pela difusão de seus conhecimentos.

Machado Junior et al. (2016, p. 113) frisa que a análise da produção científica como um verdadeiro benefício para comunidade científica, concebendo a possibilidade de diagnosticar potencialidades de academias e grupos de pesquisas. No mesmo sentido, Guedes (2012, p. 79) complementa: “produtividade e impacto acadêmico estão sendo investigados quantitativamente pela análise de dados obtidos em grandes bases de dados. Os resultados são frequentemente utilizados para uma variedade de propósitos avaliativos”.

Neste sentido, Guedes (2012, p. 81) destaca que “o padrão de distribuição das leis e princípios bibliométricos segue a máxima ‘poucos com muito e muito com poucos’”, reforçando o princípio de Pareto. Fica evidente que os estudos estatísticos empenhados em analisar a produção científica, alcançar benefícios práticos para unidades de informação e promover o controle bibliográfico baseiam-se em princípios de comportamentos, denominados leis bibliométricas.

O Dicionário de Bibliometria de Virgil Diodato (2012, p. 99, tradução nossa) discorre sobre leis bibliométricas, suas variações, componentes e discussões afirmando que “são descrições ou hipóteses sobre padrões que parecem ser comuns na publicação e uso da informação. Não são as leis formais e altamente validadas que associamos às ciências físicas”. Ao final aponta as leis mais conhecidas, a saber:

Lei de Lotka (1926) ou Lei do Quadrado Inverso propõe que um número restrito de pesquisadores produz muito em determinada área de conhecimento, enquanto um grande volume de pesquisadores produz pouco [...] a Lei estabelece que um campo seja mais produtivo, quanto mais artigos seus autores produzirem no decorrer da carreira. (MACHADO JUNIOR et al., 2016, p. 113-114)

Lei do Elitismo que, segundo Machado Junior et al. (2016, p. 114), foi criada em 1976 por Price seguindo a premissa “o número de membros da elite corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e que a metade do total da produção é considerada o critério para se saber se a elite é produtiva ou não”. Seguindo com a Lei de Bradford ou da Dispersão, os artigos preliminares de um determinado assunto seriam submetidos a um número restrito de periódicos, possibilitando:

Estimar o grau de relevância de periódicos que atuam em áreas do conhecimento específicas. Periódicos com maior publicação de artigos sobre determinado assunto tendem a estabelecer um núcleo supostamente de qualidade superior e maior relevância nesta área do conhecimento. [...] A aceitação e publicação destes artigos incentivam outros autores deste assunto a encaminhar seus artigos para estes periódicos. (MACHADO JUNIOR et al., 2016, p. 114)

Por fim, é apresentada mais uma lei clássica, formulada em 1949 e denominada Lei de Zipf ou Lei do Mínimo Esforço, a qual possibilita a contagem de palavras em grandes amostragens, ou seja, se propões a “medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto” (MACHADO JUNIOR et al., 2016, p. 115). No dicionário de bibliometria, o autor descreve a aplicação da Lei de Zipf, a saber:

A partir de um determinado texto, conte quantas vezes cada palavra diferente ocorre. Classifique as palavras de modo que a palavra que ocorre com mais frequência receba a classificação de um. No texto em inglês, essa palavra geralmente é "the", "a" ou alguma outra palavra com pouco conteúdo ou significado. Então, a lei de Zipf é expressa na verdade como duas leis. (DIODATO, 2012, p. 167, tradução nossa)

Guedes (2015, p. 63) pondera ainda que a aplicação das leis de Zipf e do Ponto de Transição de Goffman, assim como a análise da frequência de uso de palavras em textos científicos, aponta para seus graus distintos de carga semântica e funções de índices temáticos em cada lista.

3.2.1 Produtividade Científica

Seguindo os preceitos citados anteriormente, o presente tópico objetiva discorrer sobre um dos indicadores de eficiência abordado, a produtividade científica que se propõe a

quantificar as pesquisas produzidas pelos pesquisadores de determinada área do conhecimento. Virgil Diodato (2012, p. 145, tradução nossa), corrobora que:

A produtividade científica em muitas áreas (dentro e fora das ciências físicas e da vida) é medida por dados como o número de publicações produzidas por autores da área e o número de citações recebidas por essas publicações. As medidas de produtividade também incluem contagens de cientistas no campo, muitas vezes para um país inteiro ou área do mundo.

Segundo Silva, Maroldi e Lima (2014, p. 2), os estudos bibliométricos atuam como indicadores da produção científica e se fazem necessários na compreensão da dinâmica e evolução da ciência, auxiliando na mensuração da atividade científica, cooperação e colaboração existente entre pesquisadores e instituições, relações com desenvolvimento social e econômico e contribuindo na obtenção de informações e características de determinados campos do conhecimento.

Destaca-se que a Lei de Lotka, datada em 1926, foi elaborada a partir da contagem de autores presentes no *Chemical Abstracts* e, desde então:

[...] muitos estudos têm sido conduzidos para investigar a produtividade dos autores em distintas disciplinas. Até dezembro de 2000, mais de 200 trabalhos, entre artigos, monografias, capítulos de livros, comunicações a congressos e literatura gris (cinzenta) tinham sido produzidos tentando criticar, replicar e/ou reformular esta lei bibliométrica. (URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2002, p. 14).

Isto posto, os autores Silva, Maroldi, Lima (2014, p. 1) esclarecem que Derek Solla Price baseou-se na Lei de Lotka estabelecendo outro critério para delimitar os autores mais produtivos de determinado campo do conhecimento pois, havia constatado um crescimento exponencial da ciência apresentando a possibilidade de quadruplicar a cada geração e a literatura científica dobrar num período de 10 a 15 anos.

3.2.2 Lei do Elitismo de Price

Tendo em vista essas informações e seu anseio, Price elaborou a Lei do Elitismo, também conhecida como lei dos 80/20 com a finalidade de aprimorar a Lei de Lotka, propondo que 1/3 da literatura disponível havia sido produzida por 1/10 dos autores. Silva, Maroldi e Lima (2014, p. 1-2) corroboram que a Lei do Elitismo se torna integrante da quantificação da

produtividade científica, geralmente mensurada em termos publicados e de onde se originam os cálculos para efetiva contagem da produtividade dos autores.

No dicionário de Bibliometria, Virgil Diodato (2012, p. 131, tradução nossa) refere-se a Lei de Price, também conhecida como Lei da Raiz Quadrada de Price com a seguinte descrição:

Uma regra que descreve o número de autores prolíficos em um campo de assunto. Em um determinado campo durante um determinado período de tempo, o número de autores prolíficos é aproximadamente igual à raiz quadrada do número total de autores no campo. Em particular, os autores prolíficos respondem por cerca de metade das publicações na área.

Neste sentido, fica estabelecido que o grupo de elite de autores de um campo científico seria composto pela raiz quadrada do número total de autores, ou seja, esse cálculo resultaria na quantidade de autores responsáveis pela maior parte das publicações existentes em determinado campo do conhecimento em determinado lapso temporal.

Inúmeros autores são responsáveis pela grande maioria das publicações, porém, cada um deles produz poucos artigos individualmente, ao passo que, a produção de maior quantidade de artigos é atribuída a um pequeno número de autores, valor que pode corresponder ao somatório total da produção dos que produzem apenas um artigo. Destarte ao exposto, Price reforça o pensamento ‘poucos com muito e muitos com poucos’ que corresponde ao Princípio de Pareto.

A partir dessa breve contextualização sobre a Ciência Forense, a Bibliometria bem como leis e princípios a serem aplicados nesta pesquisa, no próximo tópico serão apontados materiais e métodos utilizados para a efetiva análise dos artigos científicos publicados em bases de dados nacionais e, posteriormente, os resultados obtidos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa bibliométrica, de natureza qualitativa, exploratória e estatística, objetivando desenvolver análise da produtividade científica de autores, de instituições, regiões brasileiras e outros países bem como análise das temáticas que compõem o campo semântico da área.

Os dados coletados serão analisados a partir da metodologia bibliométrica de Marshakova-Shaikecich (1981), aplicada à investigação da produtividade científica em domínios do conhecimento. Tal método consiste na análise estatística quantitativa da produtividade científica de forma que as informações sejam mensuradas e tratadas estatisticamente, pretendendo obter indicadores para a compreensão dos fenômenos informacionais da área pesquisada.

Nesse sentido, foram verificadas as recomendações de Hayashi et al. (2005), Hayashi, Hayashi e Martinez (2008) e demais autores que afirmam:

[...] para a utilização das metodologias bibliométricas são necessárias habilidades e competências que podem ser traduzidas nas seguintes etapas: recorrer ao referencial teórico para elaborar categorias de análise; estabelecer relacionamentos entre os dados obtidos; construir indicadores dos resultados obtidos; elaborar trabalhos científicos (artigos, livros, comunicações, etc.) para divulgação e disseminação dos resultados; submeter os resultados à crítica externa. (BRAVO; BELLO; HAYASHI, 2014, p.17).

Essas investigações têm como finalidade desenvolver hipóteses, complementar a familiaridade do pesquisador com o tema, realizando assim pesquisas mais precisas ou alteração de conceitos buscando clareza e objetividade. A coleta de dados será realizada em periódicos jurídicos brasileiros publicados e qualificados como A1 pelo Sistema Qualis CAPES por intermédio dos critérios de busca avançada, delimitando DIREITO como área do conhecimento e o quinquênio 2017-2021 como lapso temporal.

O Qualis Periódicos é um sistema de análise de qualidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem por objetivo avaliação e classificação da produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos.

Essa classificação é realizada por comitês de consultores de cada área de avaliação conforme critérios previamente estabelecidos, buscando refletir a relevância de diferentes títulos de periódicos em uma determinada área do conhecimento com atualização periódica. Os

resultados são demonstrados em indicadores de qualidade e podem ser consultados através da Plataforma Sucupira, que permite a classificação e consulta ao Estrato Qualis do periódico nas áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para essa classificação.

Segundo o Sistema Qualis Periódicos (2020) a próxima atualização contará com uma alteração nos indicadores utilizados, mas até a presente data, consta na plataforma os indicadores atuais que variam de forma decrescente entre os estratos A (1 e 2), B (1-5) e C, sendo A o estrato mais elevado e C que corresponde a peso zero.

Destarte a isso, realizou-se pesquisa e seleção de periódicos científicos jurídicos com classificação Qualis CAPES no estrato A1 indexados em bases de dados nacionais, no quinquênio 2017-2021. Para composição da amostra, foram selecionados os 7 periódicos classificados com estrato A1 nos relatórios dos períodos (2010-2012) e (2012-2016) disponibilizados no Sistema Qualis conforme demonstra o quadro 1.

QUADRO 1 – Quadro Amostra

PERIÓDICO 1	DADOS: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IESP, 1996-.
PERIÓDICO 2	LUA NOVA: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, 1984-.
PERIÓDICO 3	PSICOLOGIA: REFLEXÃO E CRÍTICA. Porto Alegre: UFRGS, 1997-.
PERIÓDICO 4	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Brasília: UNB, 1997-.
PERIÓDICO 5	REVISTA DIREITO GV. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008-.
PERIÓDICO 6	SOCIOLOGIAS. Porto Alegre: UFRGS, 2000-.
PERIÓDICO 7	TEMPO SOCIAL: Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 1989-.

FONTE: a autora (2022)

Dando seguimento a essa pesquisa quali-quantitativa, de natureza exploratória, são percorridas as seguintes etapas: estruturação de dados em planilha do *software Excel* para investigação e análise de autoria, o que possibilitou a classificação em *ranking* decrescente de produtividade de autores, de instituições, de regiões, de unidades da federação e a delimitação do grupo de elite.

Posteriormente, foram realizadas identificação e análise de relações de coautoria e colaboração científica entre os autores mais produtivos, bem como a investigação dos termos com maior recorrência na escrita dos artigos publicados pelo grupo de elite. Pretendendo conhecer mais sobre as produções, o trabalho apresenta a modelagem de redes de autoria e colaboração científica e finaliza com o gráfico terminológico contendo termos recuperados pelo índice de frequência.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os títulos de periódicos pertinentes a área da avaliação escolhida (DIREITO) com estrato A1 foram reunidos a partir da pesquisa exploratória no sistema Qualis CAPES (2010-2012) e (2012-2016). A reunião desses dados tornou possível a elaboração de um quadro elencando os títulos de periódicos que se repetem nas duas listagens avaliativas e, posteriormente, um ranking composto pelos títulos que possuíam e continuaram possuindo estrato A1 no período analisado. Notou-se que apenas sete títulos receberam classificação A1 nas duas listagens, de acordo com o quadro 2.

QUADRO 2 – Dados de periódicos e respectivas qualificações

PERIÓDICO	ISSN	ÁREA DE AVALIAÇÃO	(2010-2012)	(2012-2016)
PERIÓDICO 1	1678-4588	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 2	1807-0175	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 3	1678-7153	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 4	1983-3121	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 5	2317-6172	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 6	1807-0337	DIREITO	A1	A1
PERIÓDICO 7	1809-4554	DIREITO	A1	A1

FONTE: a autora (2022)

Na sequência, realizou-se pesquisa nos portais de cada título de periódico buscando identificar a quantidade de artigos publicados bem como as informações pertinentes as publicações no lapso temporal elegível (2017-2021). Com o intuito de facilitar a leitura e o acompanhamento dos resultados, os títulos dos periódicos foram codificados por numerais de forma crescente. O quadro 3 apresenta a produção científica desses periódicos em língua portuguesa.

QUADRO 3 – Levantamento de artigos publicados em língua portuguesa

PERIÓDICO	ARTIGOS PUBLICADOS	ARTIGOS PORTUGUÊS	% PORTUGUÊS
PERIÓDICO 1	140	102	11,76%
PERIÓDICO 2	76	71	8,19%
PERIÓDICO 3	133	0	0,00%
PERIÓDICO 4	126	0	0,00%
PERIÓDICO 5	167	117	13,49%
PERIÓDICO 6	110	75	8,65%
PERIÓDICO 7	115	87	10,03%
TOTAIS	867	452	52,13%

FONTE: a autora (2022)

Apesar de serem revistas brasileiras, os títulos de periódicos 3 e 4 não publicaram artigos em língua portuguesa no período analisado, conforme demonstra o quadro 2. Observa-se que alguns títulos de periódicos sugerem temas interdisciplinares, entretanto todos os títulos analisados estão categorizados no Estrato A1 da área de DIREITO no Sistema Qualis de Periódicos da CAPES. O quadro 4 apresenta o levantamento quantitativo dos artigos publicados em títulos de periódicos analisados em outros idiomas.

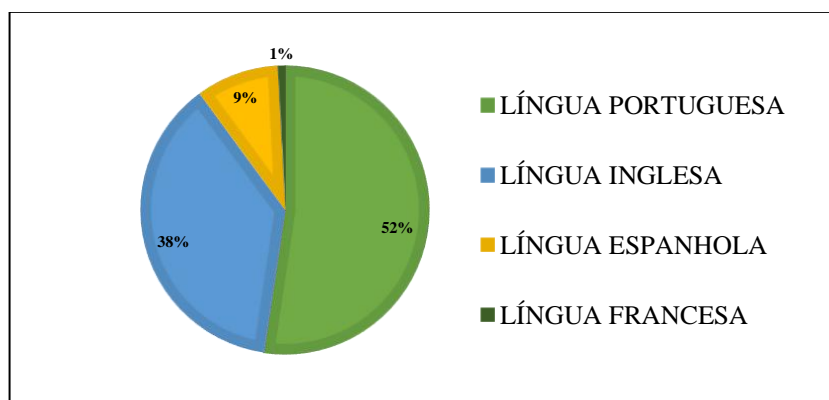
QUADRO 4 – Levantamento de artigos publicados em outros idiomas

PERIÓDICO	ARTIGOS INGLÊS	% INGLÊS	ARTIGOS ESPANHOL	% ESPANHOL	ARTIGOS FRANCÊS	% FRANCÊS
PERIÓDICO 1	13	1,50%	25	2,88%	0	0,00%
PERIÓDICO 2	1	0,12%	4	0,46%	0	0,00%
PERIÓDICO 3	133	15,34%	0	0,00%	0	0,00%
PERIÓDICO 4	126	14,53%	0	0,00%	0	0,00%
PERIÓDICO 5	33	3,81%	17	1,96%	0	0,00%
PERIÓDICO 6	12	1,38%	18	2,08%	5	0,58%
PERIÓDICO 7	10	1,15%	16	1,85%	2	0,23%
TOTAIS	328	37,83%	80	9,23%	7	0,81%

FONTE: a autora (2022)

Realizada a primeira filtragem, obteve-se uma lista composta por 1671 autores no quinquênio 2017-2021. Desse número, após organização alfabética e controle de autoria, retornaram 1537 autores responsáveis por 867 publicações, sendo que pouco mais da metade desses artigos (52,13%) foi publicado em português, 37,83% em inglês, 9,23% em espanhol e 0,81% em francês. O gráfico 1 ilustra a distribuição dos idiomas de publicação dos artigos analisados.

GRÁFICO 1 – Idiomas presentes nas publicações



FONTE: a autora (2021)

A aplicação da Lei do Elitismo de Price, para a delimitação da elite de autores mais produtivos no universo analisado (1537 autores), apontou aproximadamente 39 autores (2,54%) com produtividade entre 5 e 2 artigos. A partir daí, foi verificado que alguns autores que produziram 2 artigos foram excluídos do grupo de autores mais produtivos; portanto, a elite foi ampliada considerando os autores que publicaram até 2 artigos (109 autores) o que representam 7,09% do total de autores analisados.

Assim considera-se que as reflexões de Price, em relação a produtividade de artigos científicos em determinada área do conhecimento, foram parcialmente verificadas. Entretanto, diante da ampliação do grupo de elite pela inclusão de todos os autores com produtividade de dois artigos, o percentual foi modificado de 2,54% para 7,09% com o desvio de 4,55% do estabelecido pela lei.

Os resultados revelam a ocorrência do Princípio de Pareto. Existência de grande número de autores com baixa produção de artigos e pequeno número de autores com alta produção de artigos. Em atenção ao estabelecido, o quadro 5 sintetiza o número de publicações de cada autor da elite e o padrão de autoria única ou colaborativa.

QUADRO 5 – Análise de publicações do grupo de elite

GRUPO ELITE	PUBLICAÇÕES	AUTORIA ÚNICA	AUTORIA COLABORATIVA
AUTOR 1	5	0	5
AUTOR 2	4	0	4
AUTOR 3	4	0	4
AUTOR 4	3	0	3
AUTOR 5	3	0	3
AUTOR 6	3	2	1
AUTOR 7	3	2	1
AUTOR 8	3	0	3
AUTOR 9	3	0	3
AUTOR 10	3	0	3
AUTOR 11	3	2	1
AUTOR 12	3	0	3
AUTOR 13	3	3	0
AUTOR 14	3	0	3
AUTOR 15	3	2	1
AUTOR 16	3	2	1
AUTOR 17	3	0	3
AUTOR 18	3	2	1
AUTOR 19	3	0	3
AUTOR 20	3	0	3
AUTOR 21	3	1	2
AUTOR 22	2	0	2
AUTOR 23	2	2	0
AUTOR 24	2	0	2
AUTOR 25	2	0	2
AUTOR 26	2	0	2

Continua

Continuação

GRUPO ELITE	PUBLICAÇÕES	AUTORIA ÚNICA	AUTORIA COLABORATIVA
AUTOR 27	2	0	2
AUTOR 28	2	2	0
AUTOR 29	2	0	2
AUTOR 30	2	2	0
AUTOR 31	2	2	0
AUTOR 32	2	1	1
AUTOR 33	2	0	2
AUTOR 34	2	1	1
AUTOR 35	2	0	2
AUTOR 36	2	0	2
AUTOR 37	2	0	2
AUTOR 38	2	1	1
AUTOR 39	2	2	0
AUTOR 40	2	1	1
AUTOR 41	2	0	2
AUTOR 42	2	1	1
AUTOR 43	2	1	1
AUTOR 44	2	0	2
AUTOR 45	2	2	0
AUTOR 46	2	1	1
AUTOR 47	2	0	2
AUTOR 48	2	1	1
AUTOR 49	2	0	2
AUTOR 50	2	0	2
AUTOR 51	2	1	1
AUTOR 52	2	0	2
AUTOR 53	2	0	2
AUTOR 54	2	0	2
AUTOR 55	2	1	1
AUTOR 56	2	0	2
AUTOR 57	2	1	1
AUTOR 58	2	0	2
AUTOR 59	2	0	2
AUTOR 60	2	0	2
AUTOR 61	2	0	2
AUTOR 62	2	0	2
AUTOR 63	2	0	2
AUTOR 64	2	0	2
AUTOR 66	2	0	2
AUTOR 67	2	2	0
AUTOR 68	2	2	0
AUTOR 69	2	0	2
AUTOR 70	2	0	2
AUTOR 71	2	0	2
AUTOR 72	2	0	2
AUTOR 73	2	0	2
AUTOR 74	2	0	2
AUTOR 75	2	2	0
AUTOR 76	2	0	2
AUTOR 77	2	1	1
AUTOR 78	2	0	2
AUTOR 79	2	2	0
AUTOR 80	2	0	2
AUTOR 81	2	0	2

Continua

Continuação

GRUPO ELITE	PUBLICAÇÕES	AUTORIA ÚNICA	AUTORIA COLABORATIVA
AUTOR 82	2	0	2
AUTOR 83	2	0	2
AUTOR 84	2	0	2
AUTOR 85	2	0	2
AUTOR 86	2	0	2
AUTOR 87	2	2	0
AUTOR 88	2	2	0
AUTOR 89	2	0	2
AUTOR 90	2	0	2
AUTOR 91	2	0	2
AUTOR 92	2	2	0
AUTOR 93	2	0	2
AUTOR 94	2	0	2
AUTOR 95	2	1	1
AUTOR 96	2	0	2
AUTOR 97	2	1	1
AUTOR 98	2	2	0
AUTOR 99	2	0	2
AUTOR 100	2	2	0
AUTOR 101	2	1	1
AUTOR 102	2	2	0
AUTOR 103	2	1	1
AUTOR 104	2	0	2
AUTOR 105	2	1	1
AUTOR 106	2	0	2
AUTOR 107	2	0	2
AUTOR 108	2	1	1
AUTOR 109	2	1	1
TOTAL DE ARTIGOS	243	67	176

FONTE: a autora (2022)

O grupo de elite apresenta a produtividade de 243 artigos, entretanto, após investigação do padrão de publicação percebeu-se o total de 189 artigos. Nota-se que o número 176 presente no quadro contabiliza o valor integral de produção portanto, ao agrupar as autorias, obtém-se o total de 122 (64,55%) artigos em colaboração e mantem-se os 67 (35,45%) artigos publicados em autoria única.

No que se refere aos idiomas das 189 publicações do grupo de elite, 112 (59,26%) artigos foram publicados em português, 73 (38,62%) em inglês, 3 (1,59%) em espanhol e 1 (0,53%) em francês. Diante do exposto, houve necessidade de comparar os tipos de colaborações existentes entre os autores na elaboração dos artigos em análise.

No quadro 6 é possível observar que os 189 artigos publicados pelos 109 autores pertencentes ao grupo de elite, foram publicados através de vínculos internacionais, interinstitucionais e/ou intrainstitucionais.

QUADRO 6 – Análise de vínculos existentes no grupo de elite

GRUPO ELITE	VÍNCULO INTERNACIONAL	VÍNCULO INTRAINSTITUCIONAL	VÍNCULO INTERINSTITUCIONAL
AUTOR 1	X	X	X
AUTOR 2	-	-	X
AUTOR 3	-	X	X
AUTOR 4	X	X	X
AUTOR 5	X	-	X
AUTOR 6	-	-	X
AUTOR 7	-	-	X
AUTOR 8	X	-	X
AUTOR 9	X	X	X
AUTOR 10	X	X	X
AUTOR 11	-	-	X
AUTOR 12	-	-	X
AUTOR 13	-	-	-
AUTOR 14	-	-	X
AUTOR 15	-	-	X
AUTOR 16	-	X	-
AUTOR 17	-	-	X
AUTOR 18	-	-	X
AUTOR 19	X	X	-
AUTOR 20	X	X	-
AUTOR 21	-	X	-
AUTOR 22	-	-	X
AUTOR 23	-	-	-
AUTOR 24	-	-	X
AUTOR 25	-	X	X
AUTOR 26	X	X	X
AUTOR 27	-	X	X
AUTOR 28	-	-	-
AUTOR 29	X	X	X
AUTOR 30	-	-	-
AUTOR 31	-	-	-
AUTOR 32	-	-	X
AUTOR 33	X	-	X
AUTOR 34	X	-	X
AUTOR 35	-	X	-
AUTOR 36	X	-	X
AUTOR 37	-	X	X
AUTOR 38	-	-	X
AUTOR 39	-	-	-
AUTOR 40	-	-	X
AUTOR 41	X	-	X
AUTOR 42	X	-	X
AUTOR 43	X	-	X
AUTOR 44	X	X	X
AUTOR 45	-	-	-
AUTOR 46	-	X	-
AUTOR 47	X	X	X
AUTOR 48	-	X	-
AUTOR 49	-	X	-
AUTOR 50	-	X	X
AUTOR 51	-	-	X
AUTOR 52	-	-	X
AUTOR 53	X	X	X

Continua

Continuação

GRUPO ELITE	VÍNCULO INTERNACIONAL	VÍNCULO INTRAINSTITUCIONAL	VÍNCULO INTERINSTITUCIONAL
AUTOR 54	-	X	X
AUTOR 55	-	-	X
AUTOR 56	-	X	X
AUTOR 57	-	-	X
AUTOR 58	-	-	X
AUTOR 59	-	-	X
AUTOR 60	-	X	-
AUTOR 61	-	X	X
AUTOR 62	-	X	X
AUTOR 63	-	X	X
AUTOR 64	-	X	X
AUTOR 65	X	-	X
AUTOR 66	-	X	-
AUTOR 67	-	-	-
AUTOR 68	-	-	-
AUTOR 69	X	-	X
AUTOR 70	-	X	X
AUTOR 71	-	X	X
AUTOR 72	-	X	X
AUTOR 73	-	X	X
AUTOR 74	-	X	X
AUTOR 75	-	-	-
AUTOR 76	-	X	X
AUTOR 77	-	X	-
AUTOR 78	-	-	X
AUTOR 79	-	-	-
AUTOR 80	X	X	X
AUTOR 81	-	X	X
AUTOR 82	-	X	X
AUTOR 83	-	X	X
AUTOR 84	X	X	X
AUTOR 85	X	X	X
AUTOR 86	-	X	X
AUTOR 87	-	-	-
AUTOR 88	-	-	-
AUTOR 89	X	X	X
AUTOR 90	-	X	X
AUTOR 91	-	X	X
AUTOR 92	-	-	-
AUTOR 93	-	-	X
AUTOR 94	-	X	-
AUTOR 95	-	X	-
AUTOR 96	-	-	X
AUTOR 97	-	X	-
AUTOR 98	-	-	-
AUTOR 99	X	-	X
AUTOR 100	-	-	-
AUTOR 101	-	-	X
AUTOR 102	-	-	-
AUTOR 103	-	-	X
AUTOR 104	X	-	X
AUTOR 105	X	-	X
AUTOR 106	X	X	X

Continua

Continuação

GRUPO ELITE	VÍNCULO INTERNACIONAL	VÍNCULO INTRAINSTITUCIONAL	VÍNCULO INTERINSTITUCIONAL
AUTOR 107	X	-	X
AUTOR 108	X	-	X
AUTOR 109	X	-	-

FONTE: a autora (2022)

Ressalta-se que há ocorrência de autores que trabalharam individualmente em determinados artigos e colaborativamente em outros, conforme dados elencados nos quadros anteriores nos remetem. Interpretando dados existente nos quadros 5 e 6, respectivamente pelos numerais e símbolos (-), verifica-se que 17 (15,60%) autores publicaram seus artigos apenas em autoria única, ou seja, sem trabalhar em conjunto com os demais.

Como observado, alguns artigos foram produzidos em colaboração, ou seja, os autores publicaram em coautoria, uma tendência na produção científica. Na visão de Vanz e Stumpf (2009, p. 39), a colaboração científica consiste na união de “dois ou mais cientistas trabalhando juntos em um projeto de pesquisa, compartilhando recursos intelectuais, econômicos e/ou físicos”.

Conforme estabelecido nos objetivos iniciais, após realizar o levantamento e listagem dos autores mais produtivos, descrever e delimitar as particularidades de suas produções, tornou-se possível investigar a quais países os autores são afiliados. O quadro 7 apresenta a lista de países de afiliação dos 109 autores que compõem o grupo de elite.

QUADRO 7 – Países de afiliação de autores do grupo de elite

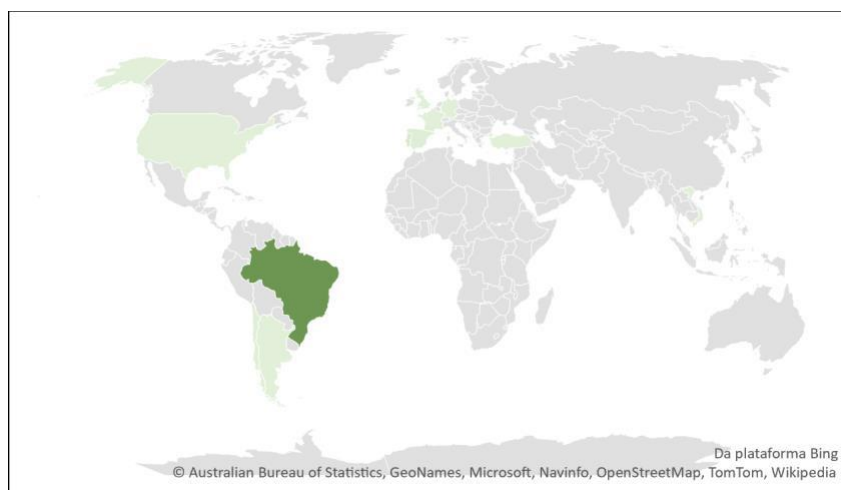
PAÍSES	AUTORES	PORCENTAGEM
BRASIL	89	81,65%
PORTUGAL	8	7,34%
ESPANHA	3	2,75%
CHILE	2	1,83%
ALEMANHA	1	0,92%
ARGENTINA	1	0,92%
ESTADOS UNIDOS	1	0,92%
FRANÇA	1	0,92%
INGLATERRA	1	0,92%
TURQUIA	1	0,92%
VIETNÃ	1	0,92%
TOTAL	109	100,00%

FONTE: a autora (2022)

Verificou-se que, em relação a localização, as instituições de pesquisa de vinculação dos autores encontram-se na América do Sul (84,40%), América do Norte (0,92%), Europa

(12,84%), Ásia (0,92%) e na Turquia (0,92%) uma nação independente localizada entre a Europa e a Ásia. Com o intuito de facilitar a compreensão e visualização da produtividade científica mundial analisada, o gráfico 2 apresenta o mapa com coloração nos países de afiliação dos autores que compõem o grupo de elite.

GRÁFICO 2 – Produtividade científica mundial do grupo de elite



FONTE: a autora (2022)

Analisando os 109 autores responsáveis pelos 189 artigos, constatou-se que 89 (81,65%) são vinculados a instituições brasileiras. O quadro 8 ilustra as regiões brasileiras de afiliação dos autores do grupo de elite.

QUADRO 8 – Representatividade de afiliação dos autores por regiões brasileiras

REGIÕES	AUTORES	PORCENTAGEM
SUDESTE	60	67,42%
SUL	14	15,73%
CENTRO OESTE	10	11,24%
NORDESTE	5	5,62%
NORTE	0	0,00%
TOTAL DE PUBLICAÇÕES	89	100%

FONTE: a autora (2022)

Destaca-se a região Sudeste como a mais produtiva (67,42%), com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Importante comentar ainda que, dos 27 estados brasileiros, apenas 12 apresentam publicações incluindo o Distrito Federal. A seguir, no quadro 9, apresenta-se a produtividade dos estados brasileiros no lapso temporal estabelecido, levando em consideração os 89 autores brasileiros mais produtivos.

QUADRO 9 – Representatividade do grupo de elite nos Estados brasileiros

ESTADOS BRASILEIROS	AUTORES VINCULADOS	PORCENTAGEM
SÃO PAULO	32	35,96%
RIO DE JANEIRO	16	17,98%
MINAS GERAIS	12	13,48%
RIO GRANDE DO SUL	11	12,36%
DISTRITO FEDERAL	08	8,99%
BAHIA	02	2,25%
PERNAMBUCO	02	2,25%
SANTA CATARINA	02	2,25%
GOIÁS	01	1,12%
MATO GROSSO DO SUL	01	1,12%
PARAÍBA	01	1,12%
PARANÁ	01	1,12%
TOTAL DE PUBLICAÇÕES	89	100,00%

FONTE: a autora (2022)

Observa-se novamente a região Sudeste (67,42%) como mais produtiva, a região Norte sem produtividade e a região Nordeste com 5 autores (5,62%) vinculados. O gráfico 3 apresenta o mapa do Brasil com a distribuição da produtividade por Estados brasileiros.

GRÁFICO 3 - Representatividade dos autores por Estados brasileiros



FONTE: a autora (2022)

Dando continuidade a análise dos resultados, os próximos quadros contabilizam países, cidades e instituições estrangeiras que estão destacados na cor cinza com a intenção de diferenciar e facilitar a compreensão da internacionalização da produção científica nos periódicos analisados. O quadro 10 e o gráfico 4 elencam, respectivamente, as cidades brasileiras e estrangeiras de afiliação institucional dos autores, organizado de forma decrescente de produtividade de artigos.

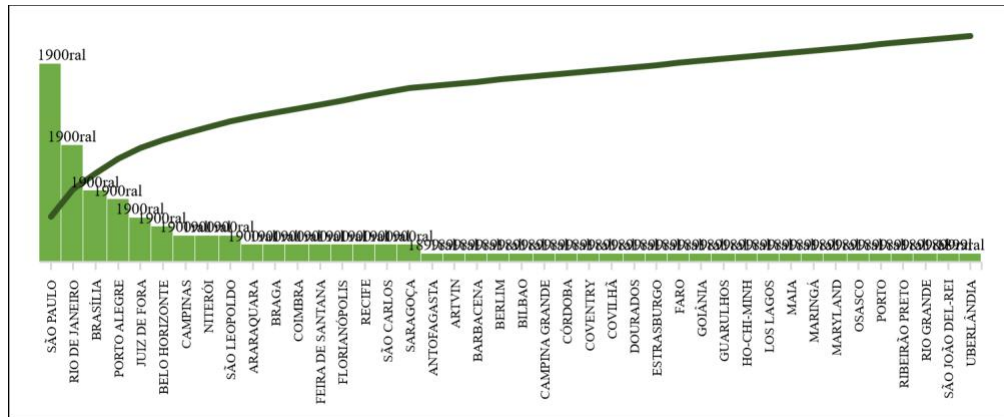
QUADRO 10 – Produção por cidades de vinculação institucional dos autores

CIDADES	AUTORES VINCULADOS	PORCENTAGEM
SÃO PAULO (SP)	22	20,18%
RIO DE JANEIRO (RJ)	13	11,93%
BRASÍLIA (DF)	08	7,34%
PORTO ALEGRE (RS)	07	6,42%
JUIZ DE FORA (MG)	05	4,59%
BELO HORIZONTE (MG)	04	3,67%
CAMPINAS (SP)	03	2,75%
NITERÓI (RJ)	03	2,75%
SÃO LEOPOLDO (RS)	03	2,75%
ARARAQUARA (SP)	02	1,83%
BRAGA (PORTUGAL)	02	1,83%
COIMBRA (PORTUGAL)	02	1,83%
FEIRA DE SANTANA (BA)	02	1,83%
FLORIANÓPOLIS (SC)	02	1,83%
RECIFE (PE)	02	1,83%
SÃO CARLOS (SP)	02	1,83%
SARAGOÇA (ESPANHA)	02	1,83%
ANTOFAGASTA (CHILE)	01	0,92%
ARTVIN (TURQUIA)	01	0,92%
BARBACENA (MG)	01	0,92%
BERLIM (ALEMANHA)	01	0,92%
BILBAO (ESPANHA)	01	0,92%
CAMPINA GRANDE (PB)	01	0,92%
CÓRDOBA (ARGENTINA)	01	0,92%
COVENTRY (INGLATERRA)	01	0,92%
COVILHÁ (PORTUGAL)	01	0,92%
DOURADOS (MS)	01	0,92%
ESTRASBURGO (FRANÇA)	01	0,92%
FARO (PORTUGAL)	01	0,92%
GOIÂNIA (GO)	01	0,92%
GUARULHOS (SP)	01	0,92%
HO-CHI-MINH (VIETNÃ)	01	0,92%
LOS LAGOS (CHILE)	01	0,92%
MAIA (PORTUGAL)	01	0,92%
MARINGÁ (PR)	01	0,92%
MARYLAND (ESTADOS UNIDOS)	01	0,92%
OSASCO (SP)	01	0,92%
PORTO (PORTUGAL)	01	0,92%
RIBEIRÃO PRETO (SP)	01	0,92%
RIO GRANDE (RS)	01	0,92%
SÃO JOÃO DEL-REI (MG)	01	0,92%
UBERLÂNDIA (MG)	01	0,92%
TOTAL	109	100,00%

FONTE: a autora (2022)

O quadro 10 revela ainda que as 10 cidades brasileiras com maior produtividade, que assumem as primeiras linhas do quadro, possuem 70 (64,22%) autores afiliados sendo que, metade delas são capitais dos estados supramencionados. O gráfico 4 transcreve as informações em barras decrescentes, facilitando a visualização dos resultados.

GRÁFICO 4 – Produtividade por cidades de vinculação institucional de autores



FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o gráfico 4 apresenta um contínuo polarizado por São Paulo com 22 autores e 24 cidades distintas com apenas um autor cada, o que caracteriza o Princípio de Pareto, também conhecido como lei dos 80/20, o qual apregoa que 80% dos resultados são derivados ou dependem de 20% das demandas.

Virgil Diodato (2012, p. 91, tradução nossa) trata o Princípio de Pareto como uma lei informétrica por estudar a quantificação das informações produzidas em todos os formatos pelos membros de uma comunidade geral e não apenas a produção científica. Sendo assim e por não lidar diretamente com padrões de publicação como as demais leis bibliométricas, o autor compreende que é um conceito emprestado do campo da economia.

Almejando identificar as instituições mais produtivas na área jurídica, organizou-se um ranking decrescente de autores, respectivas instituições de afiliação, número de artigos publicados e a porcentagem determinada em relação ao total de artigos. Novamente, destacadas em cinza as instituições de pesquisa estrangeiras.

QUADRO 11 – Instituições de pesquisa de vinculação de autores

INSTITUIÇÃO	ESTADO/PAÍS	AUTORES	PORCENTAGEM
USP	BRASIL	13	11,93%
UNB	BRASIL	07	6,42%
UFRGS	BRASIL	06	5,50%
UFJF	BRASIL	05	4,59%
UFRJ	BRASIL	05	4,59%
FGV	BRASIL	04	3,67%
UNIFESP	BRASIL	04	3,67%
UNICAMP	BRASIL	03	2,75%
UNISINOS	BRASIL	03	2,75%
MACKENZIE	BRASIL	02	1,83%
PUC Minas	BRASIL	02	1,83%

Continua

Continuação

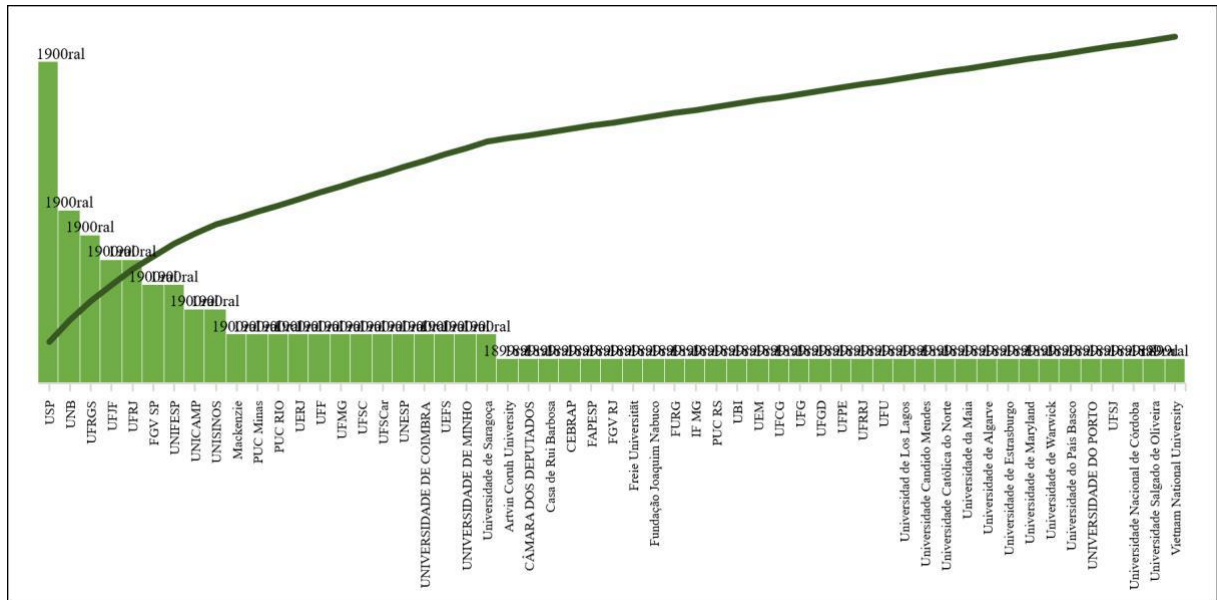
INSTITUIÇÃO	ESTADO/PAÍS	AUTORES	PORCENTAGEM
PUC Rio	BRASIL	02	1,83%
UERJ	BRASIL	02	1,83%
UFF	BRASIL	02	1,83%
UFMG	BRASIL	02	1,83%
UFSC	BRASIL	02	1,83%
UFSCA	BRASIL	02	1,83%
UNESP	BRASIL	02	1,83%
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	PORTUGAL	02	1,83%
UEFS	BRASIL	02	1,83%
UNIVERSIDADE DE MINHO	PORTUGAL	02	1,83%
UNIVERSIDADE DE SARAGOÇA	ESPANHA	02	1,83%
ARTVIN CORUH UNIVERSITY	TURQUIA	01	0,92%
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BRASIL	01	0,92%
CASA DE RUI BARBOSA	BRASIL	01	0,92%
CEBRAP	BRASIL	01	0,92%
FAPESP	BRASIL	01	0,92%
FGV RJ	BRASIL	01	0,92%
FREIE UNIVERSITÄT	ALEMANHA	01	0,92%
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	BRASIL	01	0,92%
FURG	BRASIL	01	0,92%
IF MG	BRASIL	01	0,92%
PUC RS	BRASIL	01	0,92%
UBI	PORTUGAL	01	0,92%
UEM	BRASIL	01	0,92%
UFCEG	BRASIL	01	0,92%
UFG	BRASIL	01	0,92%
UFGD	BRASIL	01	0,92%
UFPE	BRASIL	01	0,92%
UFRRJ	BRASIL	01	0,92%
UFU	BRASIL	01	0,92%
UNIVERSIDAD DE LOS LAGOS	CHILE	01	0,92%
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES	BRASIL	01	0,92%
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO NORTE	CHILE	01	0,92%
UNIVERSIDADE DA MAIA	PORTUGAL	01	0,92%
UNIVERSIDADE DE ALGARVE	PORTUGAL	01	0,92%
UNIVERSIDADE DE ESTRASBURGO	FRANÇA	01	0,92%
UNIVERSIDADE DE MARYLAND	ESTADOS UNIDOS	01	0,92%
UNIVERSIDADE DE WARWICK	INGLATERRA	01	0,92%
UNIVERSIDADE DO PAÍS BASCO	ESPANHA	01	0,92%
UNIVERSIDADE DO PORTO	PORTUGAL	01	0,92%
UFSJ	BRASIL	01	0,92%
UNIVERSIDADE NACIONAL DE CÓRDOBA	ARGENTINA	01	0,92%
UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	BRASIL	01	0,92%
VIETNAM NATIONAL UNIVERSITY	VIETNÃ	01	0,92%
TOTAL	-	109	100,00%

FONTE: a autora (2022)

Em face ao quadro 11, os autores mais produtivos são afiliados a instituições nacionais e responsáveis por 68 publicações (76,40%) sendo importante ressaltar que apenas 5 delas são instituições privadas; portanto, para a amostra analisada, as instituições públicas assumem

papel essencial na presente pesquisa. Com o intuito de auxiliar a interpretação do quadro 11, o gráfico 5 contempla as instituições responsáveis pela produção em análise.

GRÁFICO 5 - Instituições de pesquisa e vinculação de autores



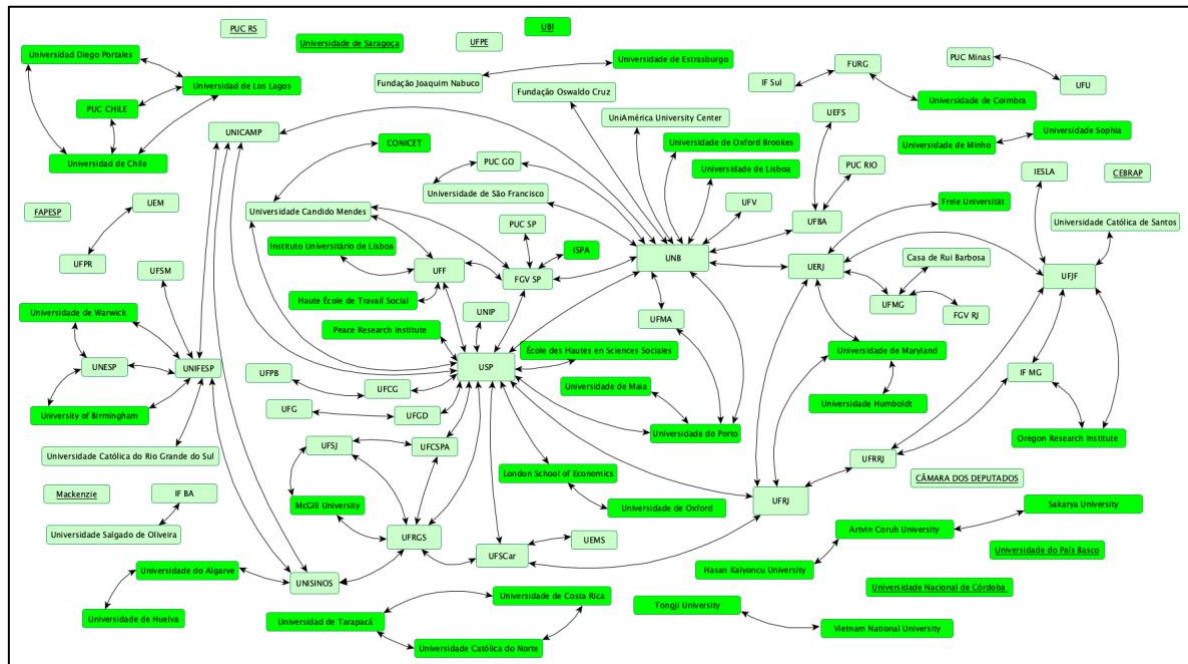
FONTE: a autora (2022)

Frente ao compartilhamento de informações e existência de colaboração entre autores, surge a rede de colaboração que se constitui como uma importante ferramenta de envolvimento entre autores e instituições em busca de bons resultados e objetivos em comum; assim, percebe-se que há união de esforços e linhas de pesquisas.

Conforme indicado nos quadros anteriores, o grupo de autores mais produtivos também denominado como grupo de elite é composto por 109 autores responsáveis por 189 publicações. O referido grupo possui vinculações e afiliações diversificadas. Com o uso do software *Yed Graph Editor*, foi possível elencar as instituições e seus pesquisadores, de forma a representar as redes de colaboração.

O *Yed Graph Editor* é um software livre desenvolvido por *yWorks*, apresenta-se como um programa específico para criação de diagramas, fluxogramas, redes e gráficos. Sua interface amigável e intuitiva facilita a elaboração através de layouts automáticos ou manuais com ampla gama de recursos organizacionais, camadas orgânicas e diagramação. Além disso, permite que o usuário exporte o documento em diversos formatos, dentre eles: PDF, BMP, HTML e Flash. A figura 1 apresenta a rede de colaboração entre as instituições de vinculação de autores do grupo de elite criada com auxílio do *Yed Graph Editor*.

FIGURA 1 – Instituições e colaborações do grupo de elite



FONTE: a autora (2022)

Em atenção a figura 1, explica-se que as instituições nacionais (76,40%) estão representadas em verde claro e as internacionais (23,60%) em verde mais vibrante. Nota-se ainda, a ocorrência de campos com nomenclaturas e nomenclaturas sublinhadas que não possuem ligação com as demais instituições, que representam instituições de afiliação de autores que não publicaram artigos de forma colaborativa.

Dando sequência ao desenvolvimento da pesquisa e utilizando o software *Hermetic Word Frequency Counter Advanced Version 32.340* como ferramenta de auxílio na contagem de frequência de palavras. Software com versão gratuita e paga, o *Hermetic* se propõe a realizar verificação de um ou vários arquivos de texto contando o número de ocorrência das palavras, sendo que há possibilidade de incluir filtros para controle de termos no que tange a grafia, número e outras funções.

Por conseguinte, realizou-se filtragem dos artigos publicados pelo autor mais produtivo, conforme mencionado no quadro 5. No mesmo quadro, verifica-se que os artigos foram publicados em inglês e espanhol; portanto, pretendendo padronizar o idioma, facilitar a organização e otimizar a recuperação dos termos, os artigos foram traduzidos para o idioma português.

Em posse dos artigos e suas respectivas traduções, os textos tornaram-se aptos para contagem de palavras, sendo assim, o software contador de palavras processou e produziu uma listagem contendo 36.213 palavras que, após o controle das variações de grafia, número e

função gramatical, tanto semântica como sintática, totalizaram 7.462 termos distintos com média de repetição de cerca de 4,85.

Perante o volume de termos recuperados e para manter a imparcialidade da pesquisa e recuperação de dados, optou-se por analisar de forma individualizada a frequência de palavras de cada artigo determinando o Ponto de Transição de Goffman. Segundo Guedes (2012, p. 88), o ponto T de Goffman, calculado pela aplicação da fórmula

$$n = -1 + \sqrt{1 + 8l/2} ,$$

que possibilita a determinação da frequência de transição entre as palavras de baixa para as de alta frequência. Guedes (2012, p. 88) complementa que

Existe uma determinada região, ao redor desse ponto, com probabilidade de concentrar as palavras de alto conteúdo semântico, que seriam portanto utilizadas na indexação de um texto em análise. Goffman apresenta, com o Ponto de T, a primeira oportunidade de se decompor um texto sintaticamente, objetivando a sua indexação.

Seguindo esse entendimento, utilizando os resultados obtidos pelo software *Hermetic Word Frequency* e aplicando a fórmula de Goffman, delimita-se a Região de Transição de Goffman que concentra termos com alta carga semântica e suas respectivas frequências de uso e localizações no ranking. O primeiro artigo publicado pelo autor mais produtivo é composto por 6.705 palavras e foi objeto de cálculo para determinar esta região e os termos com maior carga semântica recorrentes, conforme dispõe o quadro 12.

QUADRO 12 – Região T de Goffman do artigo 1

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
1	561	de
2	358	o
3	344	e
4	155	para
5	98	que
6	94	foi
7	91	programa
8	90	cultural
9	78	no
10	75	em
11	73	um
12	72	família
13	63	por
14	62	com
15	62	como
16	53	grupo
17	52	SFP

Continua

Continuação

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
18	50	adaptação
19	50	sessão
20	50	seu
21	47	al
22	47	et
23	47	participante
24	46	brasileiro
25	40	ao
PONTO T = FREQUÊNCIA 39,80		
26	36	observador
27	33	adolescente
28	31	atividade
29	31	nominal
30	31	país
31	30	pelo
32	29	implementação
33	28	mais
34	27	misto
35	27	procedimento
36	25	é
37	25	facilitar
38	25	ou
39	24	externo
40	23	entre
41	23	material
42	23	ser
43	22	dado
44	22	estudo
45	22	outro
46	21	necessidade
47	21	social
48	20	deve
49	20	familiar
50	20	local

FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o Ponto T localiza-se na frequência 39,80. Ao projetar para cima e para baixo o mesmo número de palavras, delimita-se a região de transição de Goffman com um total de 50 palavras. Nessa região ocorrem 24 operadores sintáticos tais como artigos, preposições, conjunções, pronomes etc, que foram excluídos para a composição do grafo de nuvem. Assim na região de transição foram consideradas as seguintes palavras, destacadas no quadro: programa, cultural, família, grupo, SFP, adaptação, sessão, participante, brasileiro, observador, adolescente, atividade, nominal, país, implementação, misto, procedimento, facilitar, externo, material, dado, estudo, necessidade, social, familiar e local.

Atenção a sigla SFP que significa “Strengthening Families Program”, em português “Programa de Fortalecimento das Famílias”, que retrata um dos programas de prevenção ao uso

de drogas baseado em evidências internacionalmente desenvolvidas e implementado pelo Ministério da Saúde. Sendo assim, destaca-se que o artigo descreve um estudo descritivo no qual o termo “misto” sempre acompanha os termos “grupo” e “nominal” também frequentes no texto. O termo “local” aparece combinado principalmente com o termo “cultura”, mas também remete a “infraestrutura” e “realidade”

O segundo artigo é composto por 7.687 termos e foi objeto de cálculo para determinar esta região e os termos com maior carga semântica recorrentes, conforme dispõe o quadro 13.

QUADRO 13 – Região T de Goffman do artigo 2

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
1	386	de
2	329	o
3	187	e
4	183	al
5	183	et
6	178	foi
7	145	em
8	122	que
9	113	no
10	109	um
11	96	SFP
12	94	para
13	89	estudo
14	85	com
15	74	ou
16	73	implementação
17	63	família
18	61	Spoth
19	55	não
20	53	artigo
21	49	resultado
22	48	como
23	46	sessão
24	45	programa
25	42	país
26	41	eficácia
PONTO T = FREQUÊNCIA 40,35		
27	40	sobre
28	38	adoção
29	38	intervenção
30	38	manutenção
31	36	dado
32	36	outro
33	35	ao
34	35	nível
35	33	seu
36	29	adolescente
37	27	familiar
38	26	mais
39	25	agente

Continua

Continuação

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
40	25	é
41	25	entre
42	24	número
43	24	participante
44	23	além
45	22	alcance
46	21	abuso
47	21	evidência
48	21	uso
49	20	dimensão
50	20	esse
51	20	pelo
52	20	relação

FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o Ponto T localiza-se na frequência 40,35. Ao projetar para cima e para baixo o mesmo número de palavras, delimita-se a região de transição de Goffman com um total de 52 palavras. Nessa região ocorrem 27 operadores sintáticos tais como artigos, preposições, conjunções, pronomes etc, que foram excluídos para a composição do grafo de nuvem. Assim na região de transição foram consideradas as seguintes palavras, destacadas no quadro: SFP, estudo, implementação, família, artigo, resultado, sessão, programa, pais, eficácia, adoção, intervenção, manutenção, dado, nível, adolescente, familiar, agente, número, participante, alcance, abuso, evidência, dimensão e relação.

Observa-se novamente a presença da sigla SFP e os termos que a compõem “programa”, “família” que é objeto de “estudo” e “implementação” de um “programa” entre as “famílias”, ou seja, são “participantes” os “pais” e os “adolescentes”. Nota-se que diversas palavras com elevada carga semântica relacionam-se e estão destacadas.

O terceiro artigo é composto por 7.343 termos e foi objeto de cálculo para determinar esta região e os termos com maior carga semântica recorrentes, conforme dispõe o quadro 13.

QUADRO 14 –Região T de Goffman do artigo 3

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
1	739	de
2	354	o
3	261	e
4	243	que
5	131	intervenção
6	115	para
7	114	em
8	108	um
9	94	grupo

Continua

Continuação

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
10	93	com
11	77	por
12	75	foi
13	74	participante
14	57	no
15	50	seu
16	49	aposentadoria
17	48	como
18	48	é
19	47	social
20	44	ao
21	44	atividade
22	43	avaliação
23	43	encontro
24	43	vida
PONTO T = FREQUÊNCIA 40,86		
25	35	objetivo
26	34	resultado
27	33	reunido
28	28	contexto
29	26	meta
30	25	exemplo
31	25	tarefa
32	24	desenvolvimento
33	24	valor
34	23	ato
35	23	cada
36	23	comportamento
37	23	sim
38	23	três
39	22	domínio
40	22	mais
41	22	não
42	22	saúde
43	22	validade
44	21	CBS
45	21	esse
46	21	explicativa
47	21	procedimento
48	20	pode

FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o Ponto T localiza-se na frequência 40,86. Ao projetar para cima e para baixo o mesmo número de palavras, delimita-se a região de transição de Goffman com um total de 48 palavras. Nessa região ocorrem 22 operadores sintáticos tais como artigos, preposições, conjunções, pronomes etc, que foram excluídos para a composição do grafo de nuvem. Assim na região de transição foram consideradas as seguintes palavras, destacadas no quadro: intervenção, grupo, participante, aposentadoria, social, atividade, avaliação, encontro, vida,

objetivo, resultado, reunido, contexto, meta, exemplo, tarefa, desenvolvimento, valor, ato, comportamento, domínio, saúde, validade, CBS, explicativa e procedimento.

A sigla CBS é utilizada para designar “Contextual Behavioral Science”, em português “Ciência Comportamental Contextual” considerada uma estratégia de desenvolvimento da ciência que busca prever e influenciar ações individuais e em grupo, aplicadas principalmente em estudos comportamentais no campo da psicologia.

O quarto artigo é composto por 6.245 termos e foi objeto de cálculo para determinar esta região e os termos com maior carga semântica recorrentes, conforme dispõe o quadro 15.

QUADRO 15 –Região T de Goffman do artigo 4

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
1	585	de
2	415	e
3	219	o
4	107	em
5	104	um
6	97	para
7	91	no
8	90	intervenção
9	90	violência
10	89	que
11	78	espectador
12	76	al
13	76	et
14	75	namoro
15	62	foi
16	45	estudo
17	43	com
PONTO T = FREQUÊNCIA 39,31		
18	39	é
19	39	não
20	35	adolescente
21	34	empatia
22	33	ajuda
23	33	como
24	32	participante
25	32	por
26	28	ajudar
27	28	intenção
28	25	ao
29	25	grupo
30	25	mudança
31	25	pares
32	25	se
33	24	efeito
34	24	ou

FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o Ponto T localiza-se na frequência 39,31. Ao projetar para cima e para baixo o mesmo número de palavras, delimita-se a região de transição de Goffman com um total de 34 palavras. Nessa região ocorrem 19 operadores sintáticos tais como artigos, preposições, conjunções, pronomes etc, que foram excluídos para a composição do grafo de nuvem. Assim na região de transição foram consideradas as seguintes palavras, destacadas no quadro: intervenção, violência, espectador, namoro, estudo, adolescente, empatia, ajuda, participante, ajudar, intenção, grupo, mudança, pares e efeito.

Nota-se a ocorrência dos termos “ajuda” e “ajudar” no sentido de auxiliar pares, principalmente adolescentes, em seus relacionamentos amorosos. Observando as palavras em destaque, pode-se afirmar que o artigo apresenta um estudo realizado entre adolescentes brasileiros no que tange a relacionamento, violência, empatia e atitudes.

O quinto e último artigo analisado é composto por 8.233 termos e foi objeto de cálculo para determinar esta região e os termos com maior carga semântica recorrentes, conforme dispõe o quadro 16.

QUADRO 16 – Região T de Goffman do artigo 5

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
1	708	de
2	575	o
3	451	e
4	448	em
5	140	seu
6	130	que
7	123	um
8	99	programa
9	93	para
10	75	com
11	75	como
12	75	HMP
13	67	no
14	65	foi
15	58	abordagem
16	51	ao
17	50	HB
18	50	objetivo
19	48	intervenção
20	47	pessoal
21	46	mental
22	42	prática
PONTO T = FREQUÊNCIA 40,30		
23	40	GIPSI
24	40	saúde
25	38	experiência
26	34	al
27	34	et

Continua

Continuação

RANK	FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
28	33	psicológico
29	31	clínico
30	31	ele
31	31	vivencial
32	30	é
33	29	educacional
34	29	método
35	29	pelo
36	29	por
37	29	sobre
38	29	teórico
39	28	analisado
40	28	crise
41	28	resultado
42	27	NOSC
43	26	ou
44	25	oficina

FONTE: a autora (2022)

Observa-se que o Ponto T localiza-se na frequência 40,30. Ao projetar para cima e para baixo o mesmo número de palavras, delimita-se a região de transição de Goffman com um total de 44 palavras. Nessa região ocorrem 21 operadores sintáticos tais como artigos, preposições, conjunções, pronomes etc, que foram excluídos para a composição do grafo de nuvem. Assim na região de transição foram consideradas as seguintes palavras, destacadas no quadro: programa, HMP, abordagem, HB, objetivo, intervenção, pessoal, mental, prática, GIPSI, saúde, experiência, psicológico, clínico, vivencial, educacional, método, teórico, analisado, crime, resultado, NOSC e oficina.

Dentre os termos mais recorrentes, destaque para as siglas HMP significando “Perspectiva Mente Holotrópica” e HB referindo-se ao termo “Respiração Holotrópica” ambas localizadas acima do Ponto T. Abaixo do Ponto T a sigla GIPSI significa “Grupo de Intervenção Precoce em Primeiro Episódio de Crise Mental de Tipo Psicótico” e NOSC se refere a “estados não comuns de consciência”, aparecem diversas vezes no artigo. Diante aos significados atribuídos as siglas, é possível afirmar que o artigo refere-se a situações e análises psicológicas.

Sendo assim, com a intenção de reconhecer as temáticas de maior recorrência nos artigos analisados, o quadro 17 sintetiza as análises apresentadas anteriormente considerando o conceito de “*stop-list*” para filtragem das palavras de maior conteúdo semântico.

A região de transição apontou palavras com maior carga semântica em relação aos textos analisados. Entretanto foi verificado que algumas palavras se repetiram, o que demandou reordenação a partir do somatório de suas frequências nos cinco textos analisados. Nessa

seleção de palavras, foram excluídas da região as palavras sem conteúdo semântico, na medida que o objetivo era modelar a rede semântica de termos. No quadro 17 será apresentada a síntese dos termos com alta carga semântica recuperados nos artigos 1, 2, 3, 4 e 5.

QUADRO 17 – Síntese dos termos com alta carga semântica e frequências

FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
307	intervenção
235	programa
177	participante
172	grupo
156	estudo
148	SFP
135	família
111	resultado
102	implementação
97	adolescente
96	sessão
90	cultural
90	violência
85	objetivo
78	espectador
75	atividade
75	HMP
75	namoro
73	país
68	social
62	saúde
58	abordagem
58	dado
53	artigo
50	adaptação
50	HB
49	aposentadoria
48	procedimento
47	familiar
47	peçoal
46	brasileiro
46	mental
43	avaliação
43	encontro
43	vida
42	prática
41	eficácia
40	GIPSI
38	adoção
38	experiência
38	manutenção
36	observador
35	nível
34	empatia
33	ajuda
33	psicológico
33	reunido

Continua

Continuação

FREQUÊNCIA	TERMO RECUPERADO
31	clínico
31	nominal
31	vivencial
29	educacional
29	método
29	teórico
28	ajudar
28	analisado
28	contexto
28	crise
28	intenção
27	misto
27	NOSC
26	meta
25	agente
25	exemplo
25	facilitar
25	mudança
25	oficina
25	pares
25	tarefa
24	desenvolvimento
24	efeito
24	externo
24	número
24	valor
23	ato
23	comportamento
23	material
22	alcance
22	domínio
22	validade
21	abuso
21	CBS
21	evidência
21	explicativa
21	necessidade
20	dimensão
20	local
20	relação

FONTE: a autora (2022)

O quadro 17 apresenta os 87 termos com maior carga semântica e frequência de 4.624. Esses termos são resultados do agrupamento dos termos mais frequentes dos 5 artigos analisados para elaboração do grafo de nuvem exposto na figura 2. A nuvem de palavras ou nuvem de *tags* permite que os dados adquiram significados visuais, facilitando a identificação dos termos mais frequentes presentes nos documentos analisados. Na figura 2 observa-se que os termos que recebem mais destaque, aqueles representados com maior proporção na nuvem, são os que apresentam maior frequência no quadro 17.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as principais considerações em relação aos resultados obtidos na pesquisa, bem como algumas sugestões que permitem dar continuidade ao tema de pesquisa e o reuso de dados em novas investigações.

A análise dos resultados obtidos pela aplicação das técnicas bibliométricas contribui com as atividades biblioteconômicas, tanto na avaliação de coleções físicas e virtuais de artigos de periódicos como no tocante a produtividade de autores, artigos de periódicos, instituições e redes de colaboração científica. Nesse sentido, a Bibliometria constitui-se em uma ciência eficaz para análise e quantificação dos registros do conhecimento e produção de indicadores métricos, utilizados na gestão da informação e do conhecimento.

A pesquisa revelou que os resultados na análise dos relatórios de classificação Qualis CAPES de Periódicos apontaram o total de 247 títulos com estrato A1 e A2 no período analisado. Nesse contexto apenas 7 (2,83%) títulos mantiveram estrato A1 nos dois últimos relatórios da CAPES (2010-2012) e (2012-2016), o que pode ser considerado uma pequena parcela frente a interdisciplinaridade dos títulos de periódicos classificados como jurídicos recuperados na pesquisa.

Como observado, a busca por periódicos foi realizada estipulando DIREITO como área de avaliação e os periódicos recuperados apresentam títulos interdisciplinares, o que interfere na abordagem temática dos artigos publicados. Logo, o sistema Qualis Periódicos é considerado válido para seleção da amostra de pesquisa bibliométrica desenvolvida.

Quanto a aplicação da Lei do Elitismo de Price, encontrou-se a $\sqrt{}$ valorada em 39,20; conseqüentemente, a aplicação da Lei de Price revelou a necessidade de um corte aleatório na separação dos autores, de forma a fracionar os autores que publicaram 2 artigos. Sendo assim, para não haver interferência pessoal na composição da elite de autores, optou-se por ampliar a amostra e considerar todos os autores que publicaram até dois artigos, ou seja, o grupo de elite alcançou um total de 109 autores.

No tocante a visibilidade internacional do conhecimento, os resultados revelam que os idiomas português e inglês foram empregados na maioria dos artigos (97,88%), conforme esperado. Em atenção ao grupo de elite, aproximadamente 18,35% dos autores são afiliados a instituições internacionais, o que explica em partes a parcela (40,74%) de artigos publicados em línguas estrangeiras.

A análise das produções em coautoria internacional a partir da afiliação e colaboração entre autores revela o índice de internacionalização de 29,36% para a amostra analisada, pois

32 autores possuem vínculos com instituições internacionais. Sendo assim, 77 autores destacam-se por publicarem com autores de instituições distintas, formando uma rede de coautoria interinstitucional nacional e internacional.

Ainda sobre as colaborações, poucos autores (15,60%) publicaram seus artigos individualmente seguidos de autores que publicaram em coautoria e/ou autoria colaborativa. Entretanto, segundo Vanz e Stumpf (2009, p. 45), “nem toda a colaboração resulta em artigo e nem sempre a co-autoria indica colaboração”; visto que os autores possuem autonomia para publicar separadamente os resultados obtidos em periódicos específicos, seguindo seus princípios e razões individuais.

Observa-se que a maioria dos autores que compõem a elite está vinculada a instituições de pesquisa brasileiras, concentradas principalmente na região Sudeste, considerada como a mais produtiva, enquanto a região Norte permanece sem representatividade de autores na presente pesquisa.

Em relação a concentração de autores, as 10 cidades mais produtivas pertencem as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Entretanto, a presente pesquisa é uma pequena parte do universo de conhecimento publicado na área de Direito, na medida em que a produção científica jurídica brasileira engloba artigos de periódicos, livros e outros formatos.

Compreende-se ainda que menos de 20% desses autores são vinculados a cidades estrangeiras, dividindo-se entre 17 localidades. Ao analisar a filiação existente entre autores e instituições de pesquisa, verifica-se que os 109 autores são afiliados a 55 instituições, dentre as quais, cerca de 30% são instituições estrangeiras localizadas em Portugal, Espanha, Chile, Alemanha, Argentina, Estados Unidos, França, Inglaterra, Turquia e Vietnã.

Frente a essas informações é possível verificar a ocorrência do princípio de Pareto, pois pouco mais de 80% são instituições públicas e menos de 20% particulares. O fenômeno “poucos com muito e muitos com pouco”, aplicado a análise de afiliação dos autores, revelou que esse princípio rege a colaboração científica entre autores na amostra analisada se estendendo a todos os resultados obtidos pela pesquisa.

Adentrando a última etapa da pesquisa, os 5 artigos publicados pelo autor mais produtivo foram traduzidos para português, o que possibilitou a recuperação de 36.213 termos e elaboração do grafo de nuvem de palavras contendo termos com maior carga semântica calculados seguindo os preceitos de Goffman. Composto por 87 termos repetidos em 4.624 momentos dos textos, o grafo de nuvem revela os temas intervenção, programa, participante, grupo e estudo como os mais frequentes na análise.

A versão gratuita do software *Hermetic Word Frequency Counter Advanced Version 32.340*, utilizada na presente pesquisa, contém algumas falhas na recuperação de termos fazendo com que as palavras apresentem elementos gráficos (-) em substituição a parte de suas letras. Desta forma foi necessário observar cautelosamente a lista de palavras recuperadas e completá-las para efetivo agrupamento dos termos.

Marcado pelo fluxo informacional intenso, produção de novos conhecimentos e avanços tecnológicos, o momento atual merece atenção no que tange a desatualização e obsolescência de materiais. A Ciência Jurídica, por sua vez, a atenção deve ser redobrada por ser um dos setores que mais produz documentos no Brasil, fornecendo embasamento para pesquisas e decisões que interferem positiva ou negativamente na vida das pessoas. Os dados obtidos nesta pesquisa são válidos para a amostra e o período analisado. Geraldo e Pinto (2019, p. 41) afirmam que "informação jurídica é de armazenamento constante e permanente, pois mesmo quando revogada, seus preceitos são aplicáveis aos atos jurídicos ocorridos no período de sua vigência".

Diante dessas reflexões, pode-se afirmar que a análise de livros, denominadas doutrinas no âmbito jurídico, possivelmente apontariam dados distintos. Compostos por textos mais longos contando com transcrição de legislações, decisões, acórdãos, jurisprudências e outros documentos, os livros proporcionariam maior reunião de dados e resultados, o que poderia ser verificado pela análise de citações.

Considera-se que os objetivos estabelecidos foram atingidos pela metodologia proposta. Assim a pesquisa aponta a produtividade científica jurídica brasileira, publicada em títulos de periódicos nacionais, no quinquênio 2017-2021, e revela modelos de autoria única e de colaboração científica inter e intrainstitucional, nacional e internacional, bem como os padrões de internacionalização do conhecimento na área. Além disso, revela os temas mais abordados pelo autor mais produtivo em seus cinco artigos publicados no quinquênio 2017-2021.

REFERÊNCIAS

- ALTAVILA, J. de. **Origem dos Direitos dos povos**. 9. ed. São Paulo: Ícone, 2001. 301 p.
- ATIENZA, C. A. **Documentação Jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266 p.
- BARROS, L. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.
- BOCCATO, V. R. C. Linguagem Documentária na representação e recuperação da informação pela perspectiva sociocognitiva em Ciência da Informação. In: BOCCATO, V. R. C.; GRACIOSO, L. de S. (Org.). **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. Campinas, SP: Alínea, 2011. 211 p.
- BRAVO, A. D.; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. Direito e Educação especial: análise bibliométrica da produção científica de interface. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 13-29, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/%20reveduc/article/viewFile/519/323>. Acesso em: 20 set. 2020.
- DADOS: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IESP, 1996-. Quadrimestral. ISSN 1678-4588. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/>. Acesso em: 21 nov. 2020.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 90p.
- DIODATO, V. P. **Dictionary of bibliometrics**. Nova York: Routledge, 2012. 168p.
- GERALDO, G.; PINTO; M. D. de S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 39-90, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3334>. Acesso em: 22 out. 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.
- GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro**: volume 1: parte geral. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. 512 p.
- GUEDES, V. L. da S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, ago. 2012. Disponível em: http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.
- GUEDES, V. L. da S. A função de índice temático da nominalização deverbal na escrita científica: uma análise léxico-morfológica. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p.63-74, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/25776/14524>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- KELSEN, H. **Teoria pura do Direito**: introdução à problemática científica do Direito. Tradução de J. Cretella Jr. e A. Cretella. 5. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 159 p.

LESSA, A. C. et al. **Direitos Humanos e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2007. 166 p.

LUA NOVA: Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, 1984-. Trimestral. ISSN 1807-0175. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MACHADO JUNIOR, C. et al. As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 111-123, abril/2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273545375009.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MARSHAKOVA-SHAIKECICH, I. Citation networks in information science. **Scientometrics**, Budapest, v. 3, p. 13-25, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02021861>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MIRANDA, A. C. C. de. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004.

MIRANDA, A. C. C. de; MIRANDA, E. S. de. Fontes de Informação Jurídica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 50, v. 22, p. 76-90, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p76/34698>. Acesso em: 12 out. 2020.

MIRANDA, R. C. da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 284-290, set./dez. 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/832/864>. Acesso em: 19 out. 2020.

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/537/537>. Acesso em: 10 out. 2020.

PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. 237 p.

PASSOS, E. A biblioteconomia jurídica brasileira no século XXI. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 69-76, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/222/289>. Acesso em: 20 out. 2020.

PASSOS, W; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 170 p.

PSICOLOGIA: REFLEXÃO E CRÍTICA. Porto Alegre: UFRGS, 1997-. Anual. ISSN 1678-7153. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Brasília: UNB, 1997-. Bimestral. ISSN 1983-3121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

REVISTA DIREITO GV. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008-. Trimestral. ISSN 2317-6172. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

RUSSO, M. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010. 178 p. (Coleção Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Série Didáticos).

SILVA, D. V. O.; MADOLDI, A. M.; LIMA, L. F. M. **Presença de Outliers na Lei do Elitismo**. In: 4. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 2014, Recife. Anais 4 EBBC, 2014, p. 1-7. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/27219>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SOCIOLOGIAS. Porto Alegre: UFRGS, 2000-. Trimestral. ISSN 1807-0337. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SVEIBY, K. E. **A nova riqueza das organizações**: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 260 p.

TEMPO SOCIAL: Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 1989-. Trimestral. ISSN 1809-4554. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. **Ciência Da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 14-20, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/956/%20993>. Acesso em: 12 dez. 2021.

VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/Fz4q6DhPGhjnhXmRxLw6Ct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2021.

VIEIRA, R. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 330 p.